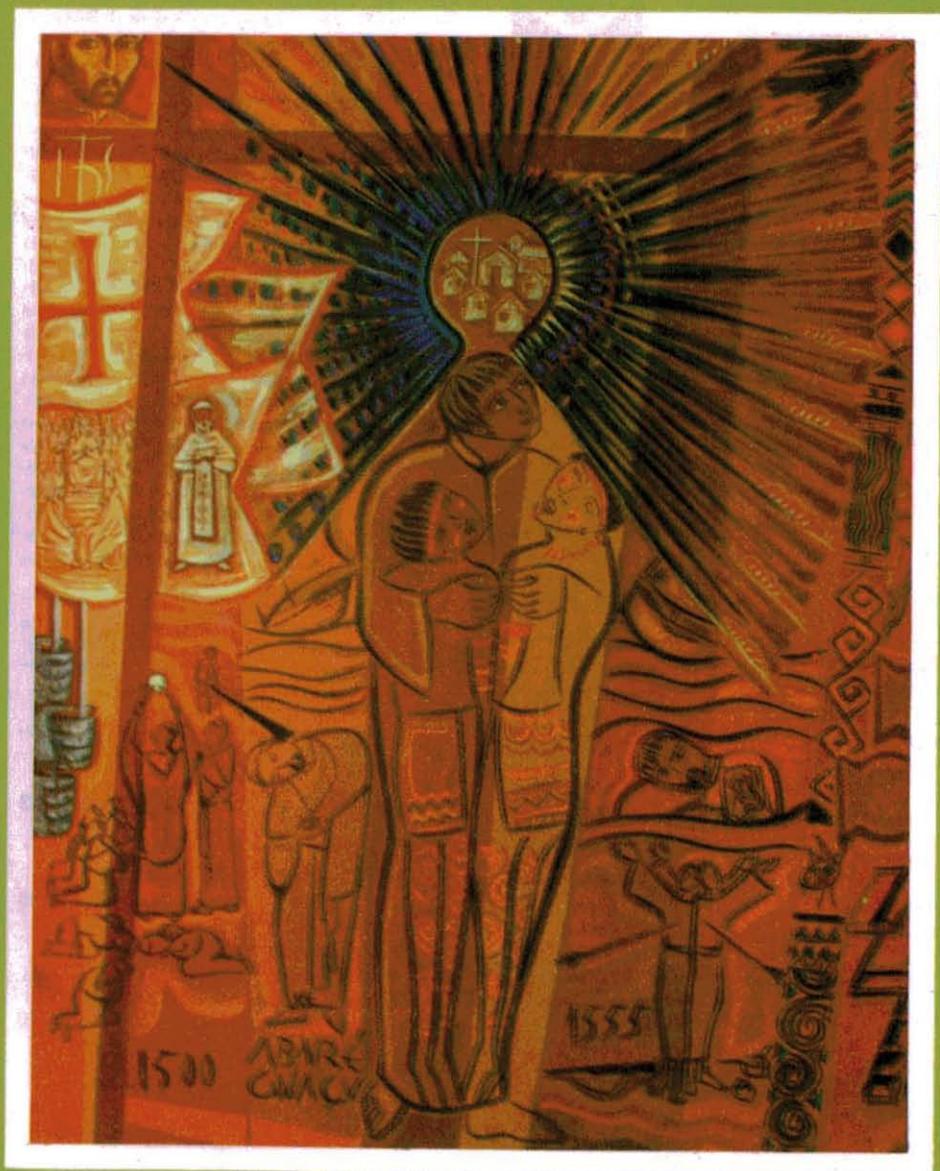


convergência

MAI — 1991 — ANO XXVI — Nº 242



• **O SÍNODO SOBRE A FORMAÇÃO PRESBITERAL**
Pe. Nilo Buss — página 195

• **ORIENTAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO: UM DOCUMENTO IMPORTANTE** — Pe. Luiz González-Quevedo, SJ - página 210



Diretor-Responsável:
Pe. Edênio Valle, SVD

Redator-Responsável:
Padre Marcos de Lima, SDB
(Reg. 12.679/78)

Equipe de Programação:
Pe. Atico Fassini, MS
Pe. Cleto Caliman, SDB
Ir. Delir Brunelli, CF
Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Direção, Redação, Administração:
Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299 / 20031 RIO DE JANEIRO - RJ.

Assinaturas para 1991

Brasil, taxa única:	
terrestre ou aérea.....	Cr\$ 4.600,00
Exterior: marítima.....	US\$ 38,00
aérea.....	US\$ 48,00
Número avulso.....	Cr\$ 460,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Linlivro S/C Ltda., Rua Dr. Odilon Benévolo, 189 — Benfica — 20911 Rio de Janeiro, RJ.

Fotocomposição: Estúdio VM — Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202 — São Cristóvão — 20940 Rio de Janeiro, RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — Centro — 25685 Petróbrás, RJ.

Nossa Capa

Detalhe do mural de Claudio Pastro 500 Anos de Evangelização do Brasil, em Vila Kostka, Itaici, SP. Eis como o descreve o Pe. J. Ramón F. de la Cigoña em seu livro 'Arte em Itaici': "No século XVI a figura-destaque é a do Pe. José de Anchieta (chega ao Brasil em 1553 e morre em 1597), abraçando, fraternalmente, a dois índios: Tibiriçá e Caiubí, batizados pelos primeiros jesuítas. A Evangelização autêntica acolhe o diverso. Anchieta abraça os dois índios como abraçando todo o Brasil. A glorificação de Anchieta, simbolizada pelo cocar indígena e um aldeamento (fundação de São Paulo), é a causa do Índio. Três belos pássaros "guarás" são lembrados, pois a tradição diz que eles, com suas asas, faziam sombra ao grande missionário, quan-

do este caminha pelas praias sob um sol escaldante. Embaixo aparece a Primeira Missa no Brasil com os franciscanos à sombra da grande cruz. Aliás, a Cruz é outro símbolo fundamental retomado pelo artista diversas vezes. Não esqueçamos que o Brasil é a "Terra de Santa Cruz". Perto aparece a figura do primeiro bispo do Brasil (diocese de Salvador) dom Pero Fernandes Sardinha, o "Xe Abaré Guaçú", que, em tupi, quer dizer "eu pai grande", isto é, bispo. O seu mandato foi muito curto. Pedido pelo Pe. Nóbrega ao Rei dom João III de Portugal, logo implicou com os métodos catequéticos dos jesuítas por serem muito adaptados à realidade concreta do Índio. Ele achava que a catequese tinha de ser mais "européia". Quando voltava para Portugal sua nave naufragou e chegando à praia os índios o mataram com uma foice francesa e, depois, o devoraram. Na data de 1555 surgem os primeiros mártires do Brasil, dois irmãos jesuítas, Pero Corrêa, grande senhor e antigo escravagista de índios (convertido depois de ouvir um dos sermões do pobre Leonardo Nunes) e João de Souza, cozinheiro, que foram flechados. Acima aparece o martírio do Beato Inácio de Azevedo, segurando seu quadro da Virgem Maria, quando foi afogado no mar com mais 39 companheiros jesuítas em 1570, pelos huguenotes (calvinistas)".

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o n.º 1.714-P.209/73.

SUMÁRIO

EDITORIAL..... 193

O SÍNODO SOBRE

A FORMAÇÃO PRESBITERAL

Pe. Nilo Buss..... 195

ORIENTAÇÕES SOBRE

A FORMAÇÃO:

UM DOCUMENTO IMPORTANTE

Pe. Luiz González-Quevedo, SJ..... 210

A MODERNIZAÇÃO

BRASILEIRA

E A EXCLUSÃO SOCIAL

Pe. Inácio Neutzling, SJ..... 226

VR NA "FRONTEIRA":

O MUNDO DO TRABALHO.

DEPOIMENTOS.

Ir. M. Manoracy Vitar Medeiros, FMA

Ir. Chantal de la Roussière..... 238

EDITORIAL

XI ASSEMBLÉIA DA CLAR "No te aflija cosa alguna"

1. A Confederação Latino-Americana de Religiosos (CLAR) viveu nos últimos dois ou três anos momentos de grandes dificuldades. Para abreviar este período de paralisia interna e indefinição as 25 Conferências Nacionais que compõem a CLAR resolveram pedir o adiamento da XI Assembléia. Esperava-se poder, assim, virar a página para dar início a um período mais tranqüilo de atividades.

A Presidência atual da CLAR preparou tudo com muito carinho e esperança. Como tema se escolheu a questão das "Tendências da V.R. na América Latina". Todos os países foram convidados a preparar-se mediante um questionário prévio. Parecia que tudo se encaminhava bem. Foi neste clima que nós da CRB entramos em férias, no mês de janeiro.

2. Contudo, em Roma, foram tomadas decisões sérias e surpreendentes a respeito da Assembléia da CLAR. O próprio S. Padre, em reunião com 10 Superiores Gerais de Congregações fortes na América Latina, anunciou, no dia 10 de janeiro, que seriam tomadas algumas medidas a respeito da CLAR, visando a comunhão eclesial e o serviço à evangelização.

3. As decisões assumidas foram comunicadas à CLAR em carta do Cardeal Jerôme Hamer, do dia 25 de janeiro. São elas: (a) nomeação de um Delegado Pontifício para a CLAR; (b) suspensão do direito da Assembléia eleger diretamente sua nova Presidência, segundo rezam os Estatutos; (c) submissão dos textos teológicos da CLAR ao Delegado Pontifício antes de sua publicação; (d) não aceitação do "texto de trabalho" que a Equipe de Teologia havia preparado sobre o tema, com base nas respostas ao questionário enviado. Mais tarde, foi nomeado como Bispo Delegado, Dom Hector Lopez Hurtado, da Prelazia de Ariari, na Colômbia.

4. Tais medidas surpreenderam a todos. São de natureza séria. Para lá da estupefação pelo inusitado da decisão, tomada em tão alto nível, os Religiosos(as) que iam se inteirando da notícia se perguntavam pelos motivos de medida tão drástica.

Só no México, no dia 17 de fevereiro, foi possível o estabelecimento de um contato direto com Dom Hector e também com o novo Secretário da Congregação dos Religiosos, Dom Francisco Xavier Errazuriz. O contato, porém, foi apaziguador. Am-

bos os Bispos, mostraram como objetivo principal de sua presença o de tornar claras "as orientações pastorais" do S. Padre, através de um canal novo e direto. Ambos externaram seu desejo de serem ponte e canal para o entendimento eclesial. A direção da Assembléia, explicaram, ficaria nas mãos da Presidência. O Delegado Pontifício não vinha, portanto, para substituir, ou menos ainda para destituir a Presidência. O importante, frisaram, era discernir bem o acontecido, para uma revisão crítica e um encaminhamento voltado para a unidade da ação eclesial neste momento histórico do V Centenário, segundo as orientações do S. Padre. Esta maneira de apresentar o sucedido serenou os ânimos. O modo cordial de os dois Bispos acompanharem os trabalhos da Assembléia ajudou a consolidar um clima objetivo, tranqüilo e quase "normal".

5. O que se fez na XI ASSEMBLÉIA? Nela se seguiu o que havia sido preparado. Introduziu-se um momento bastante longo de **discernimento**. Com a ajuda de uma palestra de D. Errázuriz sobre as orientações pastorais do Papa à Vida Religiosa da AL, a Assembléia tentou colocar-se na **perspectiva da fé** para refletir séria e conscientemente sobre a vontade de Deus expressada na vida dos Religiosos(as)

da AL. Pode-se dizer que este foi o ponto alto do Encontro. Foi **"una experiencia del paso de Diós"**.

6. A Assembléia se dedicou com afinco às suas demais tarefas. Foram discutidas as tendências presentes hoje na VR, da América Latina, sendo detectadas nove tendências principais. Buscou-se em cada uma delas indicar à futura Presidência o que seria importante se fazer nos próximos três anos. Indicamos, através de votação, 10 nomes de pessoas que nos parecem aptas a assumir a direção da CLAR nos próximos anos. Caberá ao Papa indicar a Presidência. Ele o fará "livremente". A Assembléia escreveu **três mensagens**: uma à Vida Religiosa, outra aos povos indígenas e afro-americanos e uma terceira, em forma de carta, ao S. Padre.

7. Passou a Assembléia. Consideradas as circunstâncias foi uma Assembléia boa e produtiva. Mas, todos sabemos que os problemas reais estão ainda à nossa frente. Precisaremos da força do Espírito, de muita fé e esperança para caminharmos dentro do espírito do Evangelho, da fidelidade à Igreja e do compromisso com nosso povo.

Pe. Edenio Valle, SVD
Presidente Nacional da CRB

O SÍNODO SOBRE A FORMAÇÃO PRESBITERAL

O Sínodo aconteceu. Ele abordou a compreensão teológica do sacerdócio ordenado, a formação do presbítero, o exercício do seu ministério. Por aqui se pode ver o modelo eclesiológico subjacente.

Pe. Nilo Buss
Brasília, DF

Acabou de realizar-se, em Roma, no Vaticano, na data de 30 de setembro a 28 de outubro de 1990, o 8.º Sínodo Ordinário da Igreja Universal. O tema abordado foi o da "Formação sacerdotal nas circunstâncias atuais".

A julgar por setores da imprensa 'leiga', nada de especial aconteceu ou nem mesmo se tomou conhecimento do fato. Uma das razões para tal comportamento, quiçás, foi o de o tema ter sido muito "intra-ecclesial" e ter evitado aspectos mais polêmicos que teriam necessariamente chamado a atenção da imprensa em geral. Mas o que importa é que o Sínodo aconteceu e ele se reveste de especial significado para toda a Igreja. Afinal, abordou-se a compreensão teológica do sacerdócio ordenado, a formação inicial e permanente dos presbíteros e ainda, o exercício do seu ministério. Nessa perspectiva, mesmo que não se tenha explicitamente tratado da questão eclesioló-

gica, o enfoque do tema sinodal bem denota o modelo eclesiológico subjacente.

O Sínodo ocorreu, para o Brasil, imediatamente após a Visita Apostólica aos Seminários diocesanos e a Congregação da Educação Católica ter solicitado que se dessem a público as "Conclusões Indicativas". Era também o tempo da peregrinação quinquenal de cada Bispo a Roma, na sua visita "Ad Limina".

Pelo que se pôde observar, no Brasil, o tempo da preparação para o Sínodo foi um pouco prejudicado pela demora, inicialmente do "Lineamenta" e posteriormente, do "Instrumentum Laboris". Isto dificultou o esforço de em cada Igreja Particular se ter levado a efeito uma reflexão mais ampla, envolvendo desde o seu Pastor, o Bispo, todo o presbitério, os religiosos e religiosas em geral, a Pastoral Vocacional, os seminaristas, as equipes de forma-

dores, a pastoral familiar, os jovens, etc. Afinal, o presbítero diz muito diretamente a cada setor da ação pastoral por ser aquele que exerce o ministério da síntese, isto é, o da animação da vida eclesial, o da coordenação da missão da Igreja a serviço da salvação integral. E sendo o ministério ordenado um dom à Igreja, na pessoa dos presbíteros, ele diz respeito a todos, conformando o povo sacerdotal batizado, no sacerdócio comum em Cristo.

Diante disso, o Sínodo sobre "a Formação sacerdotal nas circunstâncias atuais" foi um grande momento de revisão eclesial, de um exame de consciência, de uma retomada do processo de conversão e de uma nova motivação para o serviço presbiteral à Igreja e ao mundo, no horizonte da missão de Cristo.

Abordaremos, a seguir, o Sínodo em três momentos, mais a partir da Igreja no Brasil, de como ela se empenhou na sua realização. Um primeiro, é o do Pré-Sínodo, no âmbito dos acontecimentos que o precederam. O segundo, é o tempo da sua realização e os principais fatos que o marcaram. O terceiro, ainda em tempos de espera da vinda da Exortação Apostólica, é o dos desafios que já são de domínio da consciência da Igreja e a necessidade de pôr-se a caminho.

I. O PRÉ-SÍNODO

1.1. O tema, até certo ponto inesperado.

O tema escolhido para a "8.^a ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DOS BISPOS", foi de indicação pes-

soal do Santo Padre. A sua escolha causou alguma surpresa. Não pelo fato da sua maior ou menor importância, mas pela simples razão de que não era o assunto-tema que emergia dos Sínodos anteriores como o mais esperado.

Outros temas aguardavam, na "boca de espera", por sua indicação oficial. Mas prevaleceu a escolha papal. Um pouco semelhantemente, acontece, por vezes, com a escolha do tema da Campanha da Fraternidade no Brasil. Nem sempre o mais desejado por setores da Igreja é o que de fato se impõe. Há circunstâncias históricas e fatores diversos que fazem urgir determinados temas. Foi o que aconteceu com o atual Sínodo. E foi no dia 29 de novembro de 1988, que João Paulo II, anunciou o tema da "Formação Sacerdotal" como aquele sobre o qual a Igreja iria se debruçar a partir de então. E mãos à obra! O Conselho da Secretaria Geral do Sínodo dos Bispos foi convidado a fazer os primeiros encaminhamentos e provocar uma ampla reflexão em toda a Igreja, visando a realização, em futuro não muito distante, do próximo Sínodo Ordinário.

No Brasil, neste exato momento, acontecia a Visita Apostólica aos Seminários Diocesanos, sob a orientação da Congregação da Educação Católica. Eram 15 Bispos brasileiros, os visitantes. A notícia do tema do próximo Sínodo veio confirmar, para a Igreja, no Brasil, a importância dada à formação sacerdotal, imediatamente após o Sínodo sobre os leigos: "A vocação e a missão dos leigos na Igreja e no mundo", em outubro de 1987.

1.2 A chegada do "Lineamenta".

Foi somente em fins de maio de 1989 que chegou o "Lineamenta", um instrumento de trabalho para as Conferências Episcopais, i. é, uma primeira sugestão de tratativa do assunto da formação sacerdotal, com o objetivo de "...provocar uma reflexão aprofundada, em vista do próximo debate sinodal... reflexão em comum sobre a formação dos padres, tanto na fase de preparação para o sacerdócio como no desempenho da sua atividade pastoral" (1). Para esta tarefa convidavam-se os bispos, os sacerdotes diocesanos e religiosos, as religiosas, os leigos, as Faculdades de teologia e os Seminários, os Conselhos Presbiterais e as Pastorais, os Movimentos e as Organizações Católicas, as Paróquias e todas as forças vivas da Igreja.

Tão logo o "Lineamenta" chegou à CNBB, foi imediatamente enviado a todas as Dioceses do Brasil. A tarefa da orientação dos trabalhos foi confiada, pela Presidência da CNBB, à Linha 1 — Setor Vocações e Ministérios, na pessoa de Dom Jayme Henrique Chemello, Bispo de Pelotas-RS, e na CEP (Comissão Episcopal de Pastoral), responsável por este Setor. Pedia-se que, até o dia 20 de agosto/89, as Dioceses, sob a coordenação do Bispo diocesano, e chamado para a tarefa todo o povo de Deus, devolvessem à CNBB a sua contribuição diocesana e após, ao nível nacional, buscar-se-ia uma tentativa de síntese, que espelhará a contribuição desta Conferência Episcopal.

Cabe aqui lembrar que o "Lineamenta" constava de cinco partes. A

primeira indicava "alguns elementos para a análise da situação atual". A segunda apontava "alguns princípios fundamentais", na perspectiva da fundamentação teológica do sacerdócio. A terceira parte tratava dos "formadores e centros de formação". A quarta parte indicava as "principais linhas de orientação da formação sacerdotal", apontando para a "educação para o sentido do Ministério, para o espírito e serviço de comunhão, para o espírito missionário, para o sentido das diferenças culturais, para a integração dos vários elementos da formação" e, ainda, "a relação entre Seminários e Universidades". A quinta parte abordava: "fidelidade e renovação: formação permanente".

Avaliamos como mais interessantes as duas partes finais, pelo seu aspecto de novidade e abertura para o "novo". Como anexo ao final do "Lineamenta", constavam algumas perguntas, relativas a cada parte do texto. Pedia-se que os Organismos e as Conferências Episcopais mais se ativessem a respondê-las e seu resultado fosse enviado a Roma para a Secretaria Permanente do Sínodo que os levaria em conta para a futura elaboração do "Instrumentum Laboris".

A CNBB recebeu 70 contribuições, vindas de 52 dioceses, num total de 244. Várias contribuições vinham do próprio Bispo diocesano, outras do Conselho de Presbíteros, da Equipe de Formadores do Seminário, — com ou sem a contribuição dos respectivos seminaristas, — da Pastoral Vocacional, etc... Algumas Dioceses confiaram parte das perguntas

a setores mais diretamente envolvidos com a temática (2).

1.3. *A Contribuição do Brasil para a elaboração do "Instrumentum Laboris"*.

Das contribuições vindas da parte de 52 Dioceses brasileiras, a equipe de assessoria da Linha 1 — Setor Vocações e Ministérios da CNBB, buscou elaborar uma síntese. Tal tarefa não foi nada fácil devido à diversidade e heterogeneidade das opiniões, enfoque e número de pessoas que contribuíram em cada síntese diocesana. Findo o trabalho, resultou em 45 páginas, afora os anexos, na forma de documentos, tanto da CNBB e de outros organismos, como: Pastoral Vocacional, OSIB (Organização dos Seminários e Institutos do Brasil), CNC (Comissão Nacional do Clero) e estatísticas do IBRADES (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social). Todo este material foi especialmente levado a Roma, por Dom Luciano Mendes de Almeida — SJ, Presidente da CNBB e membro do Conselho da Secretaria Geral do Sínodo dos Bispos, para a reunião de outubro de 1989. Segundo o mesmo informou, em reunião da CEP, foi a do Brasil, uma das contribuições mais substanciais. Era fruto das respostas às 18 perguntas constantes ao final do "Lineamenta" e da realidade da Igreja no Brasil no que diz respeito à Pastoral Vocacional, à formação inicial nos Seminários e como encaminha a Formação Permanente dos seus presbíteros (3).

A partir deste momento ficou-se aguardando o "Instrumentum Laboris" do Sínodo convocado para os dias 30 de setembro a 28 de outubro de 1990. Os membros do Conselho

da Secretaria Geral tinham uma grande tarefa pela frente, isto é, — levando em conta as contribuições de variados Organismos e das Conferências Episcopais, — elaborar este Instrumento de Trabalho. Segundo informações recebidas por ocasião da realização do Sínodo, foram por volta de 90 as contribuições que retornaram. A 147 Organismos e Conferências Episcopais se pedira colaboração a partir do texto do "Lineamenta".

1.4. *O Sínodo e o resultado da Visita Apostólica aos Seminários diocesanos do Brasil.*

Por ocasião da realização da 28.^a Assembléia Geral da CNBB, em Itaici-SP, em abril de 1990, a Presidência havia recebido carta da Congregação da Educação Católica, assinada por Dom José Martins Saraiwa, Secretário Geral da mesma, pedindo que se desse conhecimento a todos os Bispos, das "Conclusões Indicativas", resultado final da Visita Apostólica aos Seminários diocesanos do Brasil. As referidas "Conclusões..." tinham sido acordadas, em julho de 1989, em Brasília, na sede da CNBB, no encontro entre três membros da Congregação da Educação Católica, os Visitadores Apostólicos aos Seminários do Brasil e a Presidência da CNBB. Havia, da parte de vários bispos, algumas interações, porque o conteúdo da Carta da Congregação Romana, sobre o respectivo Seminário diocesano, nem sempre estava de pleno acordo com as "Conclusões Indicativas". Perguntavam sobre o devido peso a dar a cada uma. E tinham outras perguntas: está-se diante de um Sínodo Universal sobre a formação sacerdotal:

o mesmo não dará orientações mais distintas ainda? Tudo não se relativiza diante da palavra final do Sínodo iminente? Qual o peso a dar a instrumentos tão diversos que orientam a formação sacerdotal? Outros ainda se perguntavam: E que valor têm no momento as "Diretrizes Básicas — Formação dos Presbíteros na Igreja do Brasil" — Doc. 30 da CNBB? Ele fôra aprovado "ad experimentum". Seriam as "Conclusões Indicativas" a sua complementação? Nem tudo ficou muito claro. Causavam ainda algumas surpresas, determinadas observações feitas n'algumas Congregações Romanas, especialmente a do Clero, da Educação Católica e outras, por ocasião da Visita "Ad Limina" que Bispos do Brasil realizavam neste período. Pairava um clima de muita expectativa em relação ao Sínodo, nesta ocasião, quanto aos rumos que iria tomar e se aguardava ansiosamente pelo "Instrumentum Laboris" que já daria uma primeira visão.

1.5. A eleição dos delegados do Brasil.

Ainda por ocasião da 28.^a Assembléia Geral da CNBB foram eleitos os 4 delegados do Brasil ao Sínodo e seus dois suplentes. Como delegados, em seqüência, foram eleitos: 1) Dom Jayme Henrique Chemello, Bispo de Pelotas-RS e responsável, na CEP, pelo Setor Vocações e Ministérios. 2) Dom Luciano Mendes de Almeida, SJ, Arcebispo de Mariana-MG e Presidente da CNBB. 3) Dom Valfredo Tepe, OFM, Bispo de Ilhéus-BA e membro da CED (Comissão Episcopal de Doutrina) da CNBB. 4) Dom Aloísio Lorscheider, OFM, Cardeal Arcebispo de Fortale-

za-CE e Presidente da CED. Como suplentes foram eleitos: 1.^o suplente: Dom Ivo Lorscheiter, Bispo de Santa Maria-RS e, 2.^o suplente: Dom Lucas Moreira Neves, OP, Cardeal Arcebispo Primaz de São Salvador-BA. Posteriormente sua Santidade João Paulo II o escolhe como Relator Geral do Sínodo e Dom José Freire Falcão, Cardeal Arcebispo de Brasília-DF, por nomeação pontifícia.

1.6. As proposições da CNBB para o Sínodo.

Para a primeira quinzena de agosto de 1990 estava marcado o encontro dos Bispos do Setor Seminários nos Regionais. Ainda na 28.^a Assembléia Geral da CNBB achou-se por bem convidar também os Delegados eleitos para o Sínodo e seus suplentes, que elaborariam juntos a primeira redação das possíveis proposições da CNBB para o Sínodo. Isto se deveu ao fato de o "Instrumentum Laboris" não ter chegado até a realização da Assembléia Geral acima referida. O resultado deste estudo seria encaminhado ao Conselho Permanente da CNBB, para a sua 25.^a Reunião Ordinária, em fins de agosto/90. E assim foi feito. Felizmente, o "Instrumentum Laboris" chegou em inícios de agosto/90. Na reunião dos Sinodais com os Bispos do Setor Seminários estudou-se atentamente o IL, fizeram-se algumas apreciações e se buscou elaborar propostas para serem analisadas pelos membros do Conselho Permanente. Levou-se em conta o critério de apresentar proposições que estivessem mais ausentes do texto do IL. Na reunião do Conselho Permanente, este as analisou atentamente, fez observações, eliminou as justificativas e as enca-

minhou aos Delegados Sinodais do Brasil para delas fazerem livre uso e poderem pronunciar-se, se o quisessem, em nome dos Bispos do Brasil.

II. A REALIZAÇÃO DO SÍNODO EM ROMA

2.1. *Participantes do Sínodo e alguns dados estatísticos.*

Eram aproximadamente 320 pessoas presentes no Sínodo. Destas, o seu Presidente era João Paulo II e três Presidentes delegados: Cardeais Simon Ignatius Pimenta, Christian Wiyghan Tumi e Antônio Innocenti. O Secretário Geral era Dom Jan P. Šotte e Relator Geral, Dom Lucas Moreira Neves e o Secretário Especial, Dom Henryk Muszinski. Havia 17 auxiliares do Secretário Especial, entre os quais o Pe. Fernando Guimarães, C.ss.R., Vigário Judicial da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Na qualidade de Auditores eram 42, sendo 5 homens e 7 mulheres, provindos, 11 das Américas, 18 da Europa, 6 da Ásia, 7 da África, e 2 da Oceania. Do Brasil estava o Pe. Anuar Battisti, Presidente da OSIB e vice-Presidente da OSLAM (Organização dos Seminários Latino-Americanos).

Eram 3 os integrantes da Comissão de Controvérsia (Jurídica), 15 da Comissão de Informação, 15 também os representantes das Igrejas Orientais, 10 os representantes da União dos Superiores Gerais, 19 os Chefes dos Dicastérios da Cúria Romana, 39 os membros nomeados pelo Santo Padre, sendo 7 que trabalham em Congregações Romanas, 11 das Américas, 17 da Europa, 2

da Ásia, 1 da África e 1 da Oceania, além ainda dos 154 Delegados das Conferências Episcopais, sendo 45 das Américas, 42 da Europa, 38 da África, 24 da Ásia e 5 da Oceania. Do total destes, 238 tinham direito a voz e voto.

Outro dado interessante: entre 217 delegados perguntados, sobre um total de 238 com voz e voto, apenas 13 (6%) participaram de todas as sessões do Concílio Vaticano II; 9 (4%) participaram pelo menos de uma ou mais sessões; 131 (60,3%) participavam pela primeira vez de um Sínodo; 78 (36%) já tinham participado de Sínodos anteriores; 170 (78,3%) já trabalharam em Seminário, na qualidade seja de Reitor, Vice-Reitor, Professor, Diretor Espiritual... e 74 (34,1%) na respectiva Conferência Episcopal, presidem a Comissão para o Ministério Sacerdotal, a Comissão para os Seminários, etc....

2.2. *Um pouco da dinâmica do Sínodo.*

Dia 1.º de outubro, logo após a abertura do Sínodo, houve a comemoração do 25.º aniversário da Instituição do Sínodo dos Bispos. Houve várias reflexões alusivas. O Cardeal J. Tomko fez a memória histórica do Sínodo dos Bispos ao longo dos 25 anos. A seguir um Cardeal de cada continente descreve o que significaram os Sínodos até hoje, a repercussão dos mesmos, a renovação eclesial que aportaram, etc... Pela Europa falou o Cardeal Willebrands que se ateu mais a descrever a situação da Igreja naquele continente nos tempos modernos. Pelas Améri-

cas falou o Cardeal Dom Aloísio Lorscheider. A sua colocação causou muita repercussão na imprensa pelo fato, em especial, de ter afirmado que nas Américas há setores da Igreja que desejariam um Sínodo deliberativo e não apenas consultivo, que houvesse mais presença de leigos nos Sínodos; que o Conselho da Secretaria Geral do Sínodo tivesse uma atuação direta na Coordenação dos trabalhos Sinodais porque foram os que mais trabalharam o tema, até então e, em muito, poderiam contribuir; que há a esperança de se criar uma nova estrutura eclesial vital, no sentido de um Sínodo permanente, reunindo anualmente os Presidentes das Conferências Episcopais e outros bispos convidados e, juntos com o Papa, — eventualmente até substituindo a assembléia plenária dos dicastérios romanos —, exerceriam o magistério ordinário da Igreja Universal.

Pela África falou o Cardeal Paul Zoungrana; pela Ásia o Cardeal J. Cordeiro e pela Austrália o Cardeal E. Clancy. Ainda usaram da palavra: o Cardeal Ratzinger, segundo o previsto, devia falar sobre “a natureza teológica do Sínodo” mas (por engano!) falou sobre “a natureza teológica do sacerdócio”; o Secretário Geral Dom Jan Shotte deu um resumo histórico de tudo o que já ocorreu em vistas a este Sínodo e, finalmente, Dom Lucas Moreira Neves, como Relator Geral, introduziu o grande tema da “Formação sacerdotal nas circunstâncias atuais”.

Seguem-se 215 intervenções de delegados, durante 8 minutos cada um e 18 auditores peritos, durante 20

minutos, abordando ângulos específicos mas relativos à formação sacerdotal. Acabada esta grande auscultação de todos os quadrantes do mundo (fazendo apenas exceção a China, o Laos e o Cambodja) iniciam-se os debates nos 13 círculos lingüísticos. Dos relatórios destes grupos nasce a segunda colocação de Dom Lucas Moreira Neves. Todos voltam aos grupos lingüísticos e elaboram proposições, que deveriam ser aprovadas pela maioria do grupo. Da síntese das proposições dos grupos nasce o “Elenco único de proposições”. Este elenco é novamente analisado nos grupos, podendo ser acrescentados “modos” (destaques, desde que fossem do grupo) e nasce o texto final, a partir da nova síntese, que finalmente é votada pelos delegados, com o “placet” ou “non placet”.

Entremeando as discussões do tema central do Sínodo, são feitas algumas comunicações, como: a quantas anda o estudo sobre: “o status jurídico e a natureza teológica das Conferências Episcopais”, sobre “o Catecismo da Igreja Universal” e sobre “a situação das vocações no mundo”. Elegem-se ainda os novos membros do Conselho da Secretaria Permanente do Sínodo dos Bispos” e colhem-se sugestões de temas para o próximo Sínodo: Religiosos, Juventude, MCS e Justiça, são os mais votados, em seqüência — descendente.

2.3. As intervenções dos delegados do Brasil.

Avaliamos como muito valiosas as intervenções dos sinodais brasileiros,

tanto dos delegados quanto do Relator Geral Dom Lucas Moreira Neves.

Damos a seguir um rápido resumo de cada uma destas intervenções, que seguem a ordem como os mesmos se pronunciaram no Sínodo (4).

a) Dom Valfredo Tepe, OFM, em nome pessoal, fala da necessidade de re-estruturar o serviço pastoral, diante da falta de ministros ordenados suficientes que sobrecarregados, não conseguem atender a contento as numerosas comunidades a eles confiadas. Acena para uma possível solução no sentido de os presbíteros atuais serem considerados "vigários episcopais" e estudar a possibilidade de ordenação de "viri probati" como Presidentes da Eucaristia.

Dom Valfredo entrega ainda, por escrito, uma segunda participação onde como experimentado conhecedor da psicologia, acena para o cuidado que se deve dar na formação inicial, à dimensão humano-afetiva e sexual. Quem aqui se encontra é capaz de chegar a uma verdadeira caridade pastoral, integrando vida e ministério.

b) Dom José Freire Falcão aponta para a necessidade de uma séria formação filosófica, no rigor científico, passagem obrigatória para a teologia e assim os futuros presbíteros poderão enfrentar o mundo atual com todos os seus atrativos, à base também de uma sólida teologia e profunda experiência de Deus.

c) Dom Aloísio Lorscheider, OFM fez sua intervenção de cunho mais teológico, abordando a

identidade do presbítero intimamente vinculado à missão da Igreja. Disse, entre outras coisas. "O presbítero é um cristão chamado pelo Espírito Santo, aprovado pela comunidade eclesial, assinalado pelo Sacramento da Ordem, para viver em definitiva e total dedicação a Cristo, em comunhão com o Bispo e o presbitério" (5).

d) Dom Jayme Henrique Chermello chama a atenção para as exigências hoje dum Seminário renovado, próximo da Igreja Particular, do seu Bispo e presbitério, das necessidades do povo a quem os futuros presbíteros irão servir, evitando ruptura entre uma formação inicial inconsequente e uma caridade pastoral exigente. Acentua a formação permanente que deverá marcar a vida toda e a necessidade duma espiritualidade presbiteral que seja capaz de sustentar a sua missão.

e) Dom Luciano Mendes de Almeida, SJ, não sem sofrimentos presente no Sínodo, convalescendo ainda do desastre automobilístico de fevereiro/90 e comovendo a muitos, afirma com experiência e testemunho que é impossível uma autêntica caridade pastoral sem um amor pessoal a Cristo. Um exige a outra.

2.4. *As questões chaves do Sínodo.*

Dado o fato de não se ter acesso às Proposições votadas pelos delegados mas apenas aos encaminhamentos primeiros dos debates e às rápidas sínteses nos "Boletins do Comitê para a Informação" da Sala de Imprensa da Santa Sé, servimo-nos de parte do Informe dado na

CNBB, em reunião do seu Conselho Permanente: "O Sínodo da formação presbiteral" (6).

"Parece importante, para a análise do Sínodo de 90, colocar 3 questões: Os "Hodierna adiuncta" (As circunstâncias atuais), a reflexão teológica e a espiritualidade presbiteral (7).

A medida em que o Sínodo caminhava, percebia-se que os avanços e os recuos, os impasses e as soluções dependiam da teologia do ministério sacerdotal, da espiritualidade e muito das circunstâncias atuais. Por isso, comentaremos, aqui, estes 3 pontos.

2.4.1. "Hodierna Adiuncta"

— Em primeiro lugar é preciso lembrar que todos os episcopados do mundo estão presentes, menos a China, o Laos e o Cambodja.

A Europa pela primeira vez se apresentou completa.

— Em segundo lugar podia-se visualizar como grandes blocos: Leste Europeu, caracterizado pelo martírio e pela liberdade conquistada; a África, destacada pelo crescimento do catolicismo e pela esperança; a Europa e América do Norte, desafiadas pelo secularismo e pelo "dissenso"; a América Latina, marcada pela Teologia da Libertação e pela invasão das seitas; a Ásia e a Oceania ainda sem uma fisionomia muito definida, mas trazendo as marcas da história e muitas interrogações das grandes religiões.

— Em terceiro lugar, sentia-se como era difícil a emergência de toda a realidade. Coloco como exemplo: as Igrejas orientais, situações

concretas (Turquia, Marrocos, Peru, Neo-Catecumenato), etc. Este sentimento nos levava constantemente à pergunta: até onde o Sínodo responderá objetivamente aos desafios de hoje?

— Em quarto lugar, pode-se dizer que o Sínodo captou — como positivo — na sociedade: a sede de justiça e paz, o desejo de salvar o meio ambiente, a defesa da dignidade humana, o crescimento da solidariedade nos bens e a preocupação com os pobres, disponibilidade de trabalhar por um mundo unido na justiça e liberdade, e — no religioso — o desejo de Deus e do transcendente, a vitalidade das Igrejas jovens, o testemunho na perseguição e o amor à Bíblia. Como negativo — percebeu na Sociedade as dificuldades do nosso tempo tais como o racionalismo, materialismo, secularismo, desagregações familiares, perversão da sexualidade humana, as condições econômicas injustas, principalmente estruturas concentradoras de bens no capitalismo desumano, bem como o esquecimento de Deus, que é deixado de lado em muitas partes, e — no religioso — assinou-se o "dissenso" dos Teólogos em relação ao magistério.

2.4.2. A Reflexão Teológica

A teologia do ministério sacerdotal apresentou uma característica oscilante entre o presbiteral e o sacerdotal. As intervenções que destacavam o aspecto sacerdotal acentuavam o sacral, o ontológico e o cristológico, onde o sacerdote é o representante do Cristo cabeça e Esposo da Igreja (na Igreja e frente à Igreja) com forte conotação hierár-

quica. As colocações que usavam prevalentemente a linguagem presbiteral enfatizavam, apoiadas no Vaticano II, o presbítero evangelizador e missionário (enviado do Pai, por Cristo, em virtude da unção do Espírito Santo) numa Igreja ministerial, com destaque para o trinitário e para a imagem do Bom Pastor numa Igreja que é mistério e comunhão.

As proposições não superaram, a contento, o problema. Caberá à Exortação Apostólica fazer a síntese.

2.4.3. *A espiritualidade presbiteral*

O Sínodo acentuou a espiritualidade comum dos cristãos. Os conselhos evangélicos ganhavam novo espaço na espiritualidade presbiteral com o perigo de ofuscar a pastoralidade que faz com que a espiritualidade do padre se fundamente no Cristo Bom Pastor e Servo. Assim a "caridade pastoral" é o coração da unidade da vida e do ministério do presbítero".

2.5. *Boa Nova, Impasses, Interrogações*

a) O crescimento vocacional no mundo (53%) que faz prever uma nova arrancada.

b) a surpresa e o vigor da Igreja do Leste Europeu, provada pela perseguição, reserva de fé e moral.

c) o crescimento da Igreja africana no contexto universal com muitas conversões e vocações.

d) o impasse na Igreja da Europa e América do Norte: dissenso,

secularismo, certo vazio vocacional. É preciso lembrar que se trata da base pensante e matriz da Igreja Católica. O perigo muçulmano, com o avanço do islamismo.

e) a interrogação sobre o futuro da América Latina com a invasão das seitas. É a grande massa da Igreja (50% dos católicos). Sinais de cansaço e consciência de uma luta desigual, em muitos lugares da América Latina no confronto com as seitas.

f) Pergunta-se, enfim, se a Igreja do Leste saberá enfrentar o pluralismo adveniente, importado do mundo capitalista.

2.6. *Perspectivas para a Formação Presbiteral*

Tentarei enumerar algumas chaves de leitura para visualizar o novo na Formação Presbiteral.

a) a esperança de que a reflexão teológica sintonizada com o magistério possa caminhar e superar muitas dificuldades sentidas pelo Sínodo. Sem uma sintonia entre pastores e teólogos será muito difícil o avanço. Os sinais dos tempos estão já a pedir um novo passo.

b) na espiritualidade presbiteral, os conselhos evangélicos são lidos numa visão profética do cristianismo que se confronta com o secularismo consumista, permissivo e vazio de Deus, no 1.º mundo, mas também presente no mundo todo.

c) a "diocesaneidade" será valor a destacar na formação presbiteral

frente à diversidade e complexidade do mundo de hoje.

d) o presbitério, quer para o padre diocesano, quer para o padre religioso, saiu fortemente reafirmado, como o ambiente natural da formação presbiteral.

e) os leigos e leigas (toda a comunidade cristã) participarão na formação. A busca de um processo de comunhão e não de separação marcará a formação presbiteral.

f) a formação permanente como "o agora" e o Seminário renovado como "o amanhã". Um Diretório Pastoral foi pedido ao Papa, mas deverá ser adaptado pelas Conferências e Dioceses.

h) o novo Código Oriental e o Código de 1983. Comparações e Interrogações para a Igreja Latina e o ecumenismo.

2.7. O Seminário do Sinodo

a) O Seminário deverá se organizar e formar em maior comunhão com o bispo, presbitério e comunidade diocesana.

b) a participação de leigos e leigas vista como saudável na formação.

c) O Seminário deverá ser mais comunidade (humana, eclesial, educativa). Valorização do comunitário e do personalizado.

d) as Casas de Formação reconhecidas como lugar adequado, quando supervisionadas pelo Bispo, com formadores residentes e com um Reitor geral para a articulação das mesmas.

e) espiritualidade e pastoralidade como aspectos prioritários. Conselhos evangélicos e Celibato.

f) o respeito à inculturação (missões, índios, adultos). Cuidado com a coerência evangélica.

g) Continuidade com a formação permanente.

2.8. A urgência da Formação Permanente

a) Num mundo que anda em alta velocidade, a Formação Permanente é algo urgentíssimo na Igreja, particularmente quando se tem presente a situação atual da Igreja e dos presbíteros. Já dissemos que a Formação Permanente é "o agora" e o Seminário, "o amanhã".

b) Constatação de que se faz muito pouco no mundo todo.

c) Formação Permanente e formação de Seminário sem fratura. Muitos sacerdotes não assumem sua própria formação.

d) o Conceito de Formação Permanente é muito amplo; é um processo que abarca a vida toda do padre, e que compromete Bispo, presbitério e comunidade cristã.

e) as responsabilidades começam pelo próprio presbítero, passam pelo bispo, presbitério, Diocese e Conferência Episcopal.

f) atende em especial o neo-sacerdote, o velho, o doente, o que está em crise e o que deixou o ministério. Neste último ponto ainda há muitos impasses.

g) destaque para a "diocesaneidade", presbitério e inculturação.

3. O PERÍODO DE PÓS-SÍNODO: DESAFIOS EM CAMPO

3.1. Na expectativa da Exortação Apostólica.

Até o momento presente, nada do que se disse e do que se votou nas Proposições do Sínodo, é palavra definitiva. O Sínodo foi, como acima se disse, uma grande auscultação universal do que a Igreja, mais ou menos inserida no mundo, a partir da compreensão da sua missão histórica ou não, pensa dos seus presbíteros. Tudo foi coletado, registrado e entregue ao Santo Padre que, com a ajuda dos 15 membros eleitos e/ou indicados para o novo Conselho da Secretaria Geral do Sínodo dos Bispos, haverá de ordenar todo este material e dele fazer brotar a futura Exortação Apostólica.

Crê-se que algo de excepcionalmente novo não haverá de sobrevir e causar maiores surpresas. Para isto, diante do desejo de um Sínodo mais deliberativo, da parte de setores da Igreja, o Papa já deu a sua palavra: "Por sua natureza o Sínodo exerce uma função consultiva. Todavia, em casos determinados se lhe pode atribuir um poder deliberativo da parte do soberano Pontífice, que espera ratificar as decisões... A ampla consulta que a instituição sinodal permitiu por ocasião de cada Assembléia, não restou jamais sem frutos, nem sequer no plano das decisões... O Documento pós-sinodal se inspira e até se poderia dizer, contém o que se programou em comum. Pode-se, então, afirmar que as Proposições

Sinodais assumem indiretamente a importância de decisões" (8).

3.2. A formação dos presbíteros, desafio para toda a igreja Particular.

Já faz muito a Igreja acena para esta responsabilidade. O Concílio Vaticano II veio definitivamente explicitar esta dimensão. Na prática, porém, há muita resistência estrutural. A responsabilidade da formação presbiteral, em último caso, sempre foi do Bispo e de mais algum formador disponível. Para o povo em geral, quando muito, cabia responder a alguma solicitação financeira e rezar pelas vocações. É o espelho de um modelo de Igreja. Hoje, ao contrário, — e o Sínodo reforçou esta idéia, — o desafio engendra uma resposta mais ampla. Requer-se que na formação dos novos presbíteros se empenhe toda a Igreja, seja o Bispo com o seu presbitério, os religiosos e religiosas, a equipe de formadores, a Pastoral Vocacional, a Pastoral Familiar, da Juventude, a Educacional, a Catequética, etc... Afinal, o presbítero é um dom de Deus à comunidade. Não é o ministério presbiteral lugar para busca de prestígio pessoal, auto-realização narcisística, privilégios, mas, numa conformação a Cristo, Servidor do Pai na força do Espírito, prestar um serviço generoso, na forma da caridade pastoral. Nisto se aponta para duas direções: fidelidade para com o projeto do Reino, que vem do alto, da parte da Trindade e fidelidade para com o homem situado que necessita de ser salvo. Quanto à fidelidade ao projeto de Deus, solicita-se docilidade à voz do Espírito que atualiza, para

a igreja, a consciência da sua missão, da sua mediação histórica, como corpo de salvação. Na fidelidade ao homem situado, constante revisão do processo formativo, proximidade social e geográfica do lugar histórico da missão porque a cada dia mudam as circunstâncias sócio-econômicas, políticas e culturais. Tudo isto aponta para uma formação próxima do povo, inserida, encarnada, onde são igualmente determinantes a ortodoxia e a ortopraxis. Nesta direção se reforçam as Casas de Formação, os Seminários diocesanos, com número menor de alunos que os Clássicos, grandes e com muitos seminaristas, reforça-se a idéia de que o chamado para o ministério presbiteral sai da comunidade, e volta para o serviço à comunidade na força da graça sacramental. Por ser servidor, é preciso que seja homem de escuta, que se deixe avaliar pelo povo, que seja sensível às dores e aos sofrimentos e não alheio ao que se passa com o rebanho. Nesta perspectiva o povo sente que é o "seu" padre, com quem tem uma corresponsabilidade eclesial na conformação do povo de Deus. Aí também se expressa, direta ou indiretamente, a participação de todos na formação sempre atualizada e permanente dos seus presbíteros.

3.3. O desafio de repensar o ministério ordenado e não ordenado.

Veza por outra emergência no Sínodo a idéia de que uma das razões da escolha do tema da formação sacerdotal era devida às situações pendentes do Sínodo anterior, sobre a

missão dos leigos. Naquele ficou aparentemente sem solução a questão dos ministérios na igreja confiados a leigos, a ponto de a Exortação *Christifideles Laici* assim se expressar: "Agora os Padres sinodais manifestaram o desejo de que o "Motu-próprio *Ministeria quaedam*" fosse revisto, tendo em conta o uso das igrejas locais e sobretudo indicando os critérios segundo os quais se devam escolher os destinatários de cada ministério. Em tal sentido foi constituída expressamente uma comissão não só para responder a este desejo manifestado... mas também para estudar o modo aprofundado dos diversos problemas teológicos, litúrgicos, jurídicos e pastorais levantados pelo atual grande florescimento de ministérios confiados aos fiéis leigos" (9).

Segundo nos consta, ainda não existe o parecer desta Comissão. Além do mais, no Sínodo atual, não se abordou o modo de relacionamento entre o ministério ordenado e não ordenado. Restringiu-se a pensar o ministério do presbítero ordenado em si e enquanto se relaciona visceralmente, no Sacramento da Ordem, com o ministério episcopal e, na fraternidade sacramental do presbitério, com os demais colegas. Também, não emergiu o ministério diaconal permanente. Apenas nas intervenções iniciais, houve raríssimas alusões ao diaconato. A realidade concreta das necessidades pastorais do Povo de Deus pouco contou.

Diante do fato, o que dizer? Creemos ser uma questão chave. Tal não solução cria algumas situações

diffíceis para a igreja, especialmente no 3.º mundo, onde ainda é grande o espírito religioso do povo e há poucos e insuficientes ministros ordenados. Imaginem o Brasil, onde por ocasião do término do Concílio Vaticano II, em 1965, tínhamos quase o mesmo número de presbíteros que hoje. A população católica aumentou, de lá para cá, em mais de 150%, e a ação pastoral ainda depende essencialmente da estruturação do ministério e ação pastoral em cima do bispo e dos presbíteros. Parte do avanço das Seitas e do sucesso que ostentam, por vezes em visível luta proselitista, junto aos católicos, não se deve a um reducionismo do ministério eclesial concentrado nas mãos dos ministros ordenados?

3.4. Outros desafios a enfrentar.

a) Como dar condições à Pastoral Vocacional para ser o verdadeiro lugar do discernimento da vocação cristã de todo o batizado e de modo especial do futuro presbítero? Aqui, a importância também numa Escola de Ministérios, se assim a podemos chamar, em vários níveis, onde se partilhe a inserção e o compromisso eclesial gradativos e disso brotem consagrações várias e especialmente a opção da resposta ao chamado para o ministério presbiteral.

b) O desafio da formação permanente dos já presbíteros. Está em andamento um projeto que contempla a formação humano-afetiva, espiritual e pastoral, sob iniciativa da Linha 1 da CNBB — Setor Vocações e Ministérios e CNC, no con-

texto da macro e micro realidade sócio-política, econômica e cultural.

c) Como fazer com que, na formação inicial, se preparem os novos presbíteros para os desafios concretos e nada simples, da missão que assumem em nome da Igreja?

d) A dificuldade na preparação de suficientes e qualificados formadores e professores dos futuros presbíteros.

e) A difícil missão de discernir os chamados para o carisma da castidade no celibato, quando a Igreja re-confirma o chamado para o ministério presbiteral somente para aqueles que forem capazes de dar provas de serem agraciados pelo dom do alto, em tempos de expectativa da ordenação de "viri probati" e da não necessária vinculação do ministério presbiteral aos exclusivamente, por vocação, célibes.

f) Como buscar, no horizonte da misericórdia e da fraternidade no sacramento da ordem, um relacionamento com os irmãos presbíteros que deixaram o ministério presbiteral, na falta de servidores preparados para o serviço ao Reino, no ministério ordenado?

CONCLUSÃO

Creemos que a compreensão do ministério presbiteral foi sempre dinâmica ao longo dos tempos. O passado já deu muitas provas disso. Há aspectos essenciais que são intocáveis mas na sua expressão, a história reclama que se dêem alguns passos mais corajosos. Também não

será este Sínodo que dará a palavra final. O que importa acima de tudo é que se esteja atento aos sinais dos tempos, lugar onde o grande Deus da misericórdia também faz ouvir a

sua voz. É tempo de muita oração, escuta de Deus e ação decorrente. O tempo urge. Mãos à obra! O Sínodo já é uma realidade. Coloquemo-nos a caminho!

NOTAS

(1) In A Formação dos Sacerdotes no Mundo de hoje — Lineamenta, pág. 3, Cidade do Vaticano, 1989. (2) Relação das dioceses que enviaram a sua contribuição: NORTE 1: Manaus-AM e Boa Vista-RR; NORTE 2: Marajó (Soure)-PA; NORDESTE 1: Quixadá-CE, Crateús-CE, Fortaleza-CE e Tianguá-CE; NORDESTE 2: Natal-RN, Calçó-RN, Mossoró-RN, Patos-PB, Cajazeiras-PB, Afogados da Ingazeira-PE; NORDESTE 3: Barreiras-BA, Juazeiro-BA, Ilhéus-BA e Amargosa-BA; NORDESTE 4: Grajaú-MA e São Luís-MA; LESTE 1: Rio de Janeiro-RJ e Niterói-RJ e Itaguaí-RJ; LESTE 2: Januária-MG, São João del Rey-MG, Juiz de Fora-MG, Montes Claros-MG, Belo Horizonte-MG, Itabira-Fabriciano-MG, Vitória-ES, São Mateus-ES e Cachoeiro do Itapemirim-ES; SUL 1: São Paulo-SP, Franca-SP, Marília-SP, Presidente Prudente-SP, Jaboticabal-SP e Ribeirão Preto-SP; SUL 2: Curitiba-PR, Apucarana-PR, União da Vitória-PR e Paranavaí-PR; SUL 3: Porto Alegre-RS, Pelotas-RS, Erechim-RS, Frederico Westphalen-RS, Passo Fundo-RS, e Vacaria-RS; SUL 4: Florianópolis-SC; CENTRO-OESTE: Bra-

sília-DF; OESTE 1: Dourados-MS; OESTE 2: Cuiabá-MT e Rondonópolis-MT. (3) Todo este material se encontra, em Brasília, na sede da CNBB — Setor Vocações e Ministérios. (4) As intervenções na íntegra estão publicadas no "Comunicado Mensal da CNBB" — Ano 39, nº 445, Outubro de 1990, págs. 1326-1333. (5) Intervenção também publicada em "Il Regno" 21 — Ano 35, nº 650 — Dezembro de 1990, Bologna — Itália, pág. 668. (6) "O Sínodo da Formação Presbiteral", CNBB — 26ª Reunião Ordinária do Conselho Permanente — Brasília-DF, 20 a 23 de novembro de 1990. (7) Muito necessária também a leitura do "Sínodo dos Bispos", Subsídio Pastoral, nº 18 do Cardeal Aloisio Lorscheider, OFM, Fortaleza-CE, 2ª quinzena de novembro de 1990. (8) Sínodo dos Bispos, Boletim do Comitê para a imprensa, nº 43, Sala de Imprensa da Santa Sé, Discurso do Sumo Pontífice ao final do Sínodo Episcopal, pág. 2. (9) João Paulo II, Exortação Apostólica Christifideles Laici, Edições Loyola, 2ª Edição, 1989, páginas 41-42. □

É Deus quem se revela

"O Senhor conduziu Abraão para fora e disse: Ergue os olhos para o céu...", Gen 15, 5. É Deus quem age. É dele o primeiro passo, a iniciativa imprevisível do convite. É Deus quem se revela porque Ele é bom. É Ele quem renova o desejo de sua presença no coração do homem. Mas Deus não dispensa o nosso empenho nem a nossa atenção à hora de sua gratuidade (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).

ORIENTAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO: UM DOCUMENTO IMPORTANTE

*O documento expressa a mente da Santa Sé
sobre os problemas atuais
da formação, inspira-se em muitas experiências
já realizadas e recolhe
questões levantadas pelos superiores maiores.*

Pe. Luis González-Quevedo, S.J.
Campinas, SP

Em 1979, comentava-se em Roma que a Sagrada Congregação para os Religiosos desejava publicar novo documento sobre a formação para a vida religiosa (VR). Dez anos antes, a mesma Congregação publicara a Instrução *Renovationis Causam* (RC), que simplificou as normas canônicas, “com o fim de permitir as necessárias experiências” (1). Nesta Instrução, a Congregação para os Religiosos reconhecia que a complexidade das situações e a crescente diversidade dos Institutos e das suas atividades “tornam cada vez mais difícil formular diretivas apropriadas”, aplicáveis indistintamente a todos os Institutos e em todas as regiões do mundo (RC 1).

As dificuldades foram tais que a Congregação não chegou a publicar o projetado novo documento sobre

a formação dos religiosos. A VR, pelo seu caráter profético e carismático, nunca foi fácil objeto da legislação eclesiástica. Basta lembrar as discussões havidas no Concílio Vaticano II, em torno ao cap. VI da constituição *Lumen Gentium* (LG) e ao decreto *Perfectae Caritatis* (2); e o trabalho que deu, na redação do novo Código de Direito Canônico (CDC), a parte que trata dos institutos de vida consagrada (3).

Finalmente, com data de 2 de fevereiro de 1990, o mesmo dicastério romano, agora chamado “Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica”, publicou uma nova Instrução, intitulada “Orientações sobre a formação nos institutos religiosos” (4). Desconheço as circunstâncias da preparação imediata

deste documento, mas é óbvio que, na sua redação, estão presentes o desejo de explicitar as prescrições do CDC de 1983, e a necessidade de responder às novas questões, que estão surgindo numa área tão delicada e importante quanto a formação para a VR.

Mesmo tendo sido publicado pelas três maiores editoras católicas do país, a nova Instrução parece ter sido pouco lida e comentada entre nós (5). O presente artigo propõe-se resumir o extenso documento romano, e comentá-lo a partir da nossa realidade. Tentando aproximá-lo o mais possível do leitor médio, tomo a liberdade de adaptar a linguagem do texto, sem afastar-me do seu pensamento, nem esconder os aspectos que possam resultar mais contrastantes com a VR que estamos vivendo ou procurando viver no Brasil. Para facilitar a consulta do texto completo, seguirei a numeração própria do documento.

1) SÍNTESE DO DOCUMENTO

Introdução

1. A atualização (“aggiornamento”) dos institutos religiosos depende, principalmente, da formação dos seus membros (6). 4. O documento expressa a mente da Santa Sé sobre os problemas atuais da formação, inspira-se em muitas experiências já realizadas e recolhe questões levantadas pelos superiores maiores. 5. Pretende dar orientações válidas para a VR. Toca a cada instituto utilizá-las segundo seu caráter próprio.

Cáp. 1.º: Consagração religiosa e formação

6. No tempo da formação, os candidatos à VR devem descobrir, assimilar e aprofundar a identidade do ser religioso. 7. A VR é uma forma de “vida consagrada pela profissão dos conselhos evangélicos”; um jeito de seguir bem de perto o Cristo, sob a ação do Espírito; uma maneira de consagrar-se totalmente a Deus, tão amado. Assim, os religiosos aspiram alcançar a plenitude do amor, no serviço do Reino, sendo para toda a Igreja um sinal da glória futura (Cf. CDC 573).

8. Na raiz de toda consagração religiosa há uma história de amor: o amor gratuito de Deus pela pessoa a quem chama. O consagrado já não se pertence; pertence ao Cristo. 9. Aquele a quem Deus chama responde, entregando-se totalmente, com um “amor nupcial”, que mexe com toda a afetividade da pessoa. Só assim poderá viver as renúncias próprias da consagração religiosa.

10. A consagração a Deus se formaliza, na Igreja, pela “profissão dos conselhos evangélicos”, por meio dos três votos, e é vivida na vida fraterna, com alegria e livre obediência. Quem pertence a um instituto religioso dá testemunho público de afastamento do “espírito do mundo” (Cf. 1 Cor 2,12).

12. A VR se caracteriza pelo radicalismo evangélico, expressado nos três conselhos. Estes atingem as dimensões essenciais da pessoa hu-

mana no seu ser e nas suas relações: o amar, o possuir e o poder. Bem vividos, os votos favorecem o crescimento pessoal, a purificação do coração e o fervor da caridade. Os religiosos cooperam assim na construção da cidade terrena (LG 46).

13. A castidade por causa do Reino dos céus é possível quando o consagrado coloca no centro de sua vida afetiva a relação com Deus, por Jesus Cristo, no Espírito. Sinal do mundo futuro, o "coração indiviso" é fonte de fecundidade (CDC 599). A pedagogia da castidade ajudará os formandos a dominar seus impulsos sexuais, sem cair na dureza de coração. Os antigos Padres davam prioridade à humildade sobre a castidade.

14. Hoje, a VR se caracteriza por uma sensibilidade especial para com os pobres e para com as diversas situações de pobreza no mundo. A opção preferencial pelos pobres exige, às vezes, partilhar sua vida e suas lutas. No entanto, uma prática atualizada da pobreza apostólica requer discernimento. A pedagogia da pobreza leva em conta a história de cada formando e busca centrar sua vida em Jesus Cristo pobre. Sem isso, a pobreza religiosa torna-se facilmente ideológica e política.

15. A obediência religiosa está na linha da obediência de Jesus Cristo, atualizando no tempo sua missão. Um superior que favorece o diálogo, educa para uma obediência ativa e responsável. A pedagogia da obediência deve levar os formandos a passarem do "eu gosto" para o que "é vontade de Deus".

16. O "carisma dos fundadores" constitui uma experiência do Espírito. 17. Seguindo o carisma particular de cada instituto, a vida de um religioso ou de uma religiosa deverá ser uma vida unificada no Espírito Santo. 18. O princípio de unidade interior de toda vida consagrada é o amor pessoal a Cristo.

Cap. 2.º: Aspectos comuns da formação

a) *Agentes e níveis de formação:*
19. O Espírito de Deus é o primeiro agente da formação. Sua presença discreta, mas decisiva, exige do formando humildade, discernimento espiritual e abertura às mediações humanas, entre as quais se destaca a direção espiritual regular. 20. Maria, modelo para toda a Igreja, é a primeira consagrada a Deus. 21. A VR está unida de maneira especial ao mistério da Igreja. 22. É na Igreja que os religiosos nutrem sua consagração na mesa da Palavra de Deus e do Corpo de Cristo. 23. A formação dos religiosos deve realizar-se, pois, em comunhão com a Igreja. 24. Sentir "com" e "na" Igreja consiste em ter consciência de que se pertence a um povo em marcha. Um povo que não ignora as diversidades legítimas na Igreja atual, mas que procura descobrir a continuidade e a unidade. Um povo que se identifica como Corpo de Cristo, que aspira à unidade visível com as comunidades cristãs não católicas. Um povo missionário.

26. A comunidade é um meio privilegiado de formação. Esta depende, em grande parte, da qualidade da vida comunitária, de seu

clima geral e do estilo de vida dos seus membros. A formação para o ideal da vida fraterna deve estar animada pela fé e por um humilde realismo. 27. Uma comunidade é formadora na medida em que permite a seus membros crescer na fidelidade ao Senhor, segundo o carisma do instituto. Nas pequenas comunidades, raramente se encontram todas as condições exigidas para uma formação completa (7).

28. As pequenas comunidades inseridas num meio popular podem ser uma expressão significativa da opção preferencial pelos pobres. Não basta trabalhar "para" eles; é preciso viver "com" eles e, enquanto seja possível, "como" eles. No entanto, por regra geral, as exigências da formação devem prevalecer sobre as vantagens apostólicas da inserção. A solidão e o silêncio, por exemplo, são indispensáveis durante toda a formação inicial. Esta inclui períodos de atividade apostólica (estágios), em comunidades que possibilitem uma autêntica VR.

29. O religioso é responsável pela sua própria formação. Esta deverá ser personalizada, visando a que o religioso internalize os valores da VR. 30. Toda a tradição atesta a importância dos formadores, na sua função de discernir e acompanhar a vocação dos candidatos à VR. É dever do formador verificar e avaliar progressivamente a caminhada dos formandos a ele confiados. 31. Entre as qualidades exigidas dos responsáveis pela formação, incluem-se a serenidade interior, disponibilidade, compreensão e afeto para com os formandos. 32. A formação

é fruto da colaboração entre formadores e formandos.

b) *A dimensão humana e cristã da formação:* 33. Na entrada na VR e ao longo de toda a formação, deve-se verificar a existência no candidato de uma base humana e cristã. 34. Uma boa formação à VR deverá confirmar os compromissos cristãos em todas as etapas da vida, especialmente nos períodos de crise, em que a pessoa é chamada a optar de novo, livremente, por aquilo que escolheu. 35. A dimensão espiritual é prioritária. A formação deve ajudar os religiosos a crescer na experiência de Deus na sua própria vida.

c) *A ascese:* 36. Na formação e na vida dos religiosos é indispensável uma ascese pessoal, motivada pelo amor de nosso Senhor Jesus Cristo. 37. A ascese, antes de ser especificamente cristã, é uma exigência antropológica. Uma boa pedagogia ajuda a entusiasmar-se por uma empresa que exige esforço. 38. A ascese própria da VR, mesmo nos institutos dedicados ao apostolado, exige uma iniciação ao silêncio e à solidão. Estes favorecem a escuta e assimilação da Palavra, o amadurecimento espiritual e uma verdadeira comunhão fraterna em Cristo.

d) *Sexualidade e formação:* 39. Para a educação da castidade consagrada ajudará refletir com os futuros religiosos sobre o lugar da sexualidade no plano de Deus. Expor-se-ão as razões pelas quais se descarta da VR quem não conseguir dominar tendências homossexuais ou pretender viver um estado ambíguo entre o celibato e o matrimônio.

nio. 41. A história da VR atesta que muitas mulheres encontram nela condições favoráveis para a realização de sua feminilidade e uma compreensão mais profunda de sua identidade.

Cap. 3.º: *Etapas da formação*

a) *Pré-noviciado ou postulante*: 42. A maior parte das dificuldades encontradas na formação dos noviços provém da falta de maturidade, no momento de sua admissão ao noviciado (RC, 4). 43. Por isso, não se deve ter medo de prolongar esta etapa preparatória, sem porém, diferi-la indevidamente. 44. Exceto no caso de monjas de clausura, é desaconselhável acolher as candidatas ou candidatos no próprio noviciado. Em todo o caso, o acompanhamento pessoal destes é mais importante que as estruturas de acolhida.

b) *Noviciado e primeira profissão*: 45. O Noviciado é um tempo de iniciação integral ao seguimento de Jesus, segundo a vocação própria do instituto. 47. Muito além de um simples ensino, esta iniciação visa ao conhecimento profundo e vivo do Cristo, no seu mistério paschal através do desprendimento que o formando faz de si mesmo. Inclui também a iniciação à vida fraterna e à história e espiritualidade do instituto. É preferível um pequeno noviciado, enraizado na cultura e língua de origem dos noviços, do que fazer o noviciado em ambiente estranho.

48. Os noviços não poderão exercer um trabalho profissional, a tempo pleno, senão em determina-

das condições. 50. As circunstâncias atuais exigem dos noviços condições de estabilidade, que permitam o crescimento espiritual dos mesmos: prática da oração prolongada, solidão e silêncio. Por isso, é de todo desaconselhável passar o tempo do noviciado em comunidades inseridas (cf. n.º 28).

52. O governo dos noviços está reservado exclusivamente ao mestre de noviços. Este deverá estar liberado de toda outra obrigação que lhe impeça uma permanente disponibilidade para aqueles que lhe são confiados. Os noviços, por sua vez, deverão ter com o mestre uma abertura livre e total. 54. Os religiosos dão testemunho de que a doação sem reservas a Cristo, faz a pessoa livre e feliz. 56. A profissão perpétua é sinal da união indissolúvel de Cristo com a Igreja.

c) *A formação dos professos temporários*: 58. Seja sistemática e adaptada à capacidade dos formandos, espiritual e apostólica, doutrinária e ao mesmo tempo prática. Não se devem confiar aos jovens professos trabalhos que venham impedir a sua formação (CDC 660).

59. A pedagogia desta etapa deve manter o impulso espiritual dado na precedente e vir ao encontro dos novos desafios. Nos institutos dedicados à contemplação, enfrenta-se o perigo da rotina e da preguiça espiritual. Nos institutos dedicados ao apostolado, a passagem para um estilo de vida mais aberto e para atividades mais absorventes traz riscos de desorientação e de aridez.

60. O instituto oferecerá aos jovens religiosos uma vigorosa comunidade formadora e educadores competentes. Aqui, nesta etapa, é preferível uma comunidade mais numerosa, com bons meios de formação e bons acompanhantes, do que uma comunidade pequena, que corre o risco de não ter verdadeiros formadores. Em todo o caso, o jovem religioso deve esforçar-se por assumir com responsabilidade a vida comunitária.

61. O programa de estudos inclui o aprofundamento doutrinal da vida consagrada e do carisma do instituto, além da teologia bíblica, dogmática, espiritual e pastoral. Também, uma formação filosófica básica, que defenda os religiosos tanto do "racionalismo crítico", quando do "pietismo" ou "fundamentalismo". Evitar-se-á o acúmulo de disciplinas e cursos. 62. O jovem religioso deve crescer no compromisso apostólico e na participação progressiva em experiências eclesiais e sociais, na linha do carisma do instituto, havida conta das suas aptidões e aspirações pessoais.

63. Na comunidade onde há professores temporários, é necessário que, pelo menos, um religioso seja designado oficialmente para o acompanhamento espiritual dos seus membros. A direção espiritual consiste essencialmente no discernimento da ação de Deus. Isso supõe a disponibilidade de pessoas competentes e qualificadas. 64. É louvável o costume de fazer uma preparação mais intensa, antes da profissão perpétua. 65. O envio de jovens professores a realizarem estudos e à obtenção de

diplomas, deve estar de acordo com as exigências apostólicas do instituto e com as necessidades da Igreja, e em harmonia com o resto do programa previsto para esta etapa de formação.

d) *A formação contínua:* 66. Cada instituto religioso deve projetar e realizar um programa de formação permanente para todos os seus membros. 67. O caráter carismático da VR exige verificar continuamente a própria fidelidade ao Senhor e a atenção aos sinais do Espírito em nosso tempo. Além de ser uma exigência sociológica, a formação contínua ajuda o religioso a integrar a criatividade na fidelidade.

68. A formação contínua é um processo global de renovação que abarca, entre outros, os seguintes aspectos: a vida segundo o Espírito, que deve ter a primazia; a participação na vida da Igreja, segundo o carisma do instituto; a "reciclagem" doutrinal e profissional; e a fidelidade ao carisma do instituto. 69. Não se pode deixar em mãos alheias toda a tarefa da formação permanente dos membros de um instituto, embora boa parte dela se desenvolva num contexto intercongregacional.

70. Tempos fortes da formação contínua poderão ser: a passagem da formação inicial para uma vida mais autônoma; lá pelos dez anos de profissão perpétua, um tempo de aprofundamento, chamado "terceiro ano" ou "segundo noviciado", os momentos de fortes crises, ora por motivos externos (transferências, incompreensões), ora por motivos mais pessoais (doença, tentações, crises de

fé ou afetivas); a diminuição progressiva da capacidade de ação (oportunidade única de deixar-se penetrar pela experiência pascal do Senhor Jesus). 71. Os superiores designarão uma pessoa responsável pela formação permanente no instituto.

Cap. 4.º: A formação nos institutos inteiramente dedicados à contemplação

73. A formação dos seus membros pede uma orientação muito particular. 74. A primeira preocupação não deve ser a de adquirir conhecimentos, nem conseguir graus acadêmicos, mas ajudar estes contemplativos a se aproximarem do mistério de Deus.

75. Deve-se esperar dos membros destes institutos um nível de cultura humana e religiosa que corresponda às exigências do nosso tempo. 76. Um estudo sério da Palavra de Deus garante a riqueza da *lectio divina*.

77. A liturgia, sobretudo a Eucaristia e a Liturgia das Horas, será não só celebrada com cuidado, mas também estudada na sua história e significação teológica. 78. É legítimo que alguns religiosos contemplativos sejam ordenados sacerdotes, embora não tenham qualquer ministério. Existe uma afinidade entre a vocação contemplativa e o mistério da Eucaristia.

79. O trabalho é não só uma necessidade econômica e social, como também uma exigência evangélica. Na formação deve enfatizar-se o seu significado. Em comunidade, todos devem estar disponíveis para todos

os trabalhos que se lhes possam pedir. Na formação inicial, porém, o trabalho não deve prejudicar os estudos e demais atividades formativas. 80. Pela ascese, os religiosos inteiramente dedicados à contemplação estão presentes aos homens e ao mundo, no coração da Igreja. Separados de todos, estão unidos a todos, porque estão unidos a Cristo e porque levam no seu coração a ação de graças e o sofrimento dos homens do seu tempo.

81. O lugar mais conveniente para a formação inicial destes religiosos será, por norma geral, o interior do mosteiro. 82. Quando um mosteiro não tiver número suficiente de candidatos ou de professores, poderão organizar-se aulas comuns a vários mosteiros e mesmo recorrer a professores de fora. 85. Deverá ser elaborado um programa de formação, contendo normas concretas.

Cap. 5.º: Questões atuais referentes à formação dos religiosos

a) *Os jovens candidatos e a pastoral vocacional.* 86. A maioria dos candidatos à VR são jovens de 18 a 25 anos. Podem-se destacar alguns traços comuns dos jovens atingidos pela chamada "modernidade". 87. São sensíveis aos valores; têm sede de liberdade e autenticidade; aspiram ardentemente a um mundo melhor. Alguns estão marcados por um profundo sentimento religioso, engajaram-se no apostolado e já experimentaram o que significa "seguir a Jesus Cristo bem de perto".

88. No entanto, estes jovens tendem ao relativismo doutrinário e ético. Duvidam de si mesmos. Nem todos

tiveram uma experiência familiar feliz. Carecem de dimensão histórica, como se o mundo começasse hoje. Influenciados pela sociedade de consumo, alguns se deixam seduzir pela violência, pela droga e pelo erotismo.

89. A pastoral das vocações deverá discernir, purificar e corrigir as motivações vocacionais dos candidatos em busca de promoção social e segurança para o futuro e dos que vêem a VR como um compromisso ideológico pela justiça ou, pelo contrário, como um refúgio para salvaguardar a sua fé.

b) *A formação dos religiosos e a cultura*: 90. Existe uma afinidade entre a VR e a cultura, entendida como "aquilo pelo qual o homem chega a ser mais homem". 91. O Evangelho liberta numa cultura os valores que ela contém, enquanto a cultura, por sua vez, expressa o Evangelho de maneira original. Nas Igrejas jovens, promova-se uma VR inculturada. As religiosas e os religiosos que vivem e trabalham numa cultura estranha à sua de origem, devem iniciar-se no conhecimento e estima da mesma (Cf. *Ad gentes*, 22).

c) *VR e movimentos eclesiais*: 92. Nos últimos decênios, apareceram movimentos eclesiais independentes, não ligados a institutos religiosos. No Sínodo dos Bispos de 1987, foi reconhecida sua influência positiva, desde que se dêem certos critérios de eclesialidade. 93. Para manter a comunhão entre esses movimentos e os institutos religiosos, convém refletir sobre o seguinte: O diálogo e a partilha na Igreja supõem que cada um tem plena consciência da sua identidade. Um can-

didato à VR proveniente desses movimentos, ao entrar no noviciado, não pode continuar dependendo de um responsável alheio ao instituto. Mesmo depois da profissão religiosa, deve ser descartado o fenômeno da pluripertença, tanto na vida espiritual como na missão do religioso.

d) *O ministério episcopal e a VR*. 94. O ministério do bispo e o de um superior religioso não estão em concorrência. Existe uma ordem interna dos institutos, que goza de verdadeira autonomia, mas deverá exercer-se dentro da comunhão eclesial orgânica. 95. No marco dessa autonomia, cada instituto deverá determinar o plano de formação, levando em conta as necessidades da Igreja, a condição dos homens e as circunstâncias dos tempos (CDC 659,2). 97. A VR é um bem da Igreja e, como tal, depende da responsabilidade do bispo. Neste sentido, convém que os bispos sejam informados sobre os programas dos centros de formação dos religiosos, situados no território da sua diocese.

e) *A colaboração intercongregacional em nível de formação*: 98. Cada instituto deve estabelecer o seu próprio programa de formação. Contudo, a necessidade levou muitos institutos a colocar em comum os seus meios de formação. 100. A formação dos noviços, no âmbito intercongregacional, não se pode dar senão sob a forma de serviços periódicos, porque a comunidade do noviciado tem de ser uma comunidade homogênea, própria de cada instituto. A Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica publicará

um documento normativo sobre a colaboração intercongregacional no campo da formação.

Cap. 6.º: Os religiosos candidatos aos ministérios presbiteral e diaconal

102. Alguns institutos clericais propuseram-se dar a mesma formação aos irmãos leigos e aos candidatos ao sacerdócio. Em nível de noviciado, uma formação comum é exigida pelo carisma específico do instituto. Mas devem ser observadas rigorosamente as normas sobre a duração e conteúdo dos estudos preparatórios ao ministério presbiteral.

108. O religioso sacerdote ou diácono deve harmonizar as duas dimensões da sua única vocação: VR e ministério. 109. Quando um bispo confia uma missão ou obra pastoral na sua Igreja particular a um religioso sacerdote ou a um instituto, deve fazer-se um convênio escrito entre o bispo e o superior religioso.

110. O documento recorda a todos algumas exigências de direito, em função das circunstâncias e das necessidades presentes. Insiste-se na necessidade de formar formadores qualificados. Colocaram-se várias questões atuais; nem todas recebem uma resposta positiva, mas pelo menos, provocam a reflexão. Resta-nos pedir para todos a graça da fidelidade à sua vocação, a exemplo e sob a proteção da Virgem Maria.

II) IMPORTÂNCIA, VALORES E LIMITES DO DOCUMENTO

O texto que acabo de resumir e passo a comentar, é sem dúvida o documento mais completo que o Ma-

gisterio da Igreja já dedicou a formação para a VR. É possível que alguém de nós, depois de uma leitura rápida do resumo ou mesmo do texto integral, comente: "Não tem nenhuma novidade...". O comentário seria, porém, apressado, porque o texto diz coisas que, se não são absolutamente novas, são ditas pela primeira vez num documento do Magistério da Igreja. E isso é importante para a caminhada da VR na Igreja universal. Por outra parte, deve advertir-se que não é próprio de uma Instrução introduzir novas normas na legislação canônica, mas apenas explicar e facilitar a execução das já existentes.

Com efeito, uma nota prévia ao documento em pauta diz que este tem o "caráter de Instrução, segundo o cânon 34". Trata-se de "orientações... propostas com o objetivo de explicitar as normas do Direito e promover a sua aplicação". De resto, é inevitável que, além dos limites impostos pelo "gênero literário" que a própria Congregação lhe atribui, o documento — como toda obra humana — tenha limitações. Vejamos primeiro estas, a partir da experiência que temos, certamente limitada também, da formação para a VR no Brasil. Depois, examinaremos a contribuição positiva que a nova Instrução nos traz.

A) Limites do documento

Tenho a impressão de que o texto é excessivamente longo (110 números, contra 38 da RC). Dado que as novas gerações lêem menos do que as antigas, como o próprio documento diz (n.º 88), este corre o risco

de não ser lido. Muitos desejariam que o estilo fosse mais pessoal, vivo e atraente. O tom predominante — impessoal, sério e discreto — não é convidativo para esses leitores apressados que somos muitos de nós.

Por tratar-se de uma “Instrução”, cujo gênero literário acabo de explicar, o leitor desavisado achará que o documento cita tantos textos anteriores a ele, que perde fluência e unidade. Já o leitor curioso que desejasse verificar todas as citações, desistiria certamente, perdido na enchente das siglas utilizadas e, com frequência, dificilmente identificáveis.

O conteúdo da nova Instrução é bastante variado. Recopila normas jurídicas, reflexões teológicas e antropológicas, observações de caráter pedagógico-espiritual, etc. O novo CDC tem reavivado, entre nós, o interesse pelo Direito Canônico. Mesmo assim, muitos lamentarão que o documento seja mais jurídico do que pastoral. Reconheçamos, porém, que uma boa ordenação jurídica é imprescindível para o exercício da liberdade pessoal e da justiça social.

Mais grave é a queixa que ouvi de uma jovem religiosa: O que lhe falta ao documento é “mística”. A expressão, usada em sentido amplo, está sendo revalorizada entre nós. Um sociólogo, comentando as respostas a um questionário, respondido por toda uma Província religiosa, destacava a importância da “mística” que une, motiva e dá sentido à vida das Irmãs. Quando uma jovem religiosa diz que algo não tem “mística”, quer dizer que isso — mesmo

que objetivamente possa ser valioso — não a empolga, não toca seu coração, não dinamiza espiritualmente sua vida. É evidente que os nossos jovens, para entrar e perseverar na VR, precisam de uma “mística” que os anime e sustente.

Eu não diria que o documento em análise carece de mística, mas sim que é tímido naquela linha que hoje atrai e empolga à maioria dos jovens religiosos. É bem sabido que, na história da Igreja e da VR, houve e continua a haver palavras nas quais se condensa o saber, a esperança e o amor de gerações inteiras (8). Por exemplo: “martírio”, “deserto”, “contemplação”, “pobreza absoluta”, “obediência”, “caridade” (cuidado dos pobres, doentes e abandonados), “missões” (entre infiéis) e tantas outras. Qual é a mística dominante, hoje, nos jovens religiosos do Brasil? O que lhes faz vivenciar mais facilmente a presença de Deus? Creio que poderíamos destacar estas palavras-chaves: “justiça”, “libertação”, “opção pelos pobres”, “solidariedade”, “inserção” (no meio do povo). A diferença de gerações anteriores, formadas numa espiritualidade individual, as gerações pós-conciliares cresceram ou estão crescendo numa espiritualidade mais comunitária, social e política, entendendo por Política a “arte do bem comum”, a luta em favor da felicidade de todos os homens e mulheres da terra.

A nova Instrução não ignora essa temática, mas insiste mais em valores tradicionais da VR, que os jovens e os não tão jovens temos o risco de esquecer. Um exemplo claro é a ênfase que o texto dá ao valor do “silêncio” e da “solidão” (ns. 28,

38, 50, 73, este último em contexto de VR contemplativa). Quem tenha alguma experiência em matéria de formação, concordará com que os jovens que chegam à nossas Congregações, procedentes de um mundo agitado e disperso, precisam fazer a experiência do silêncio e da solidão (não do isolamento despersonalizante, mas sim da "solidão sonora" do místico João da Cruz!). No entanto, a insistência do documento neste ponto pode parecer excessiva.

Na VR, no Brasil de hoje, predominam as "pequenas comunidades" sobre as comunidades mais numerosas. Está aumentando o número de comunidades de formação que mudam de lugar geográfico e social ("do centro para a periferia" das nossas cidades). Uma Congregação feminina, que mudou o noviciado para um bairro pobre, justificou assim: a casa onde funcionava o noviciado antes era grande; o número de noviças, pequeno. Era difícil criar um ambiente familiar entre as noviças e as Irmãs. Comunidade grande dá margem para a acomodação. Às vezes, a obra (Colégio) prejudicava a formação específica do noviciado. O bairro onde agora estamos, favorece o contato com o povo pobre e simples. Depois de um discernimento sofrido, as Irmãs agora se sentem em paz: "Acreditamos que estamos conseguindo ser fiéis à vontade de Deus e ao carisma congregacional, bem como aos caminhos que a Igreja nos propõe". No entanto, o documento que comentamos manifesta claramente sua preferência por uma comunidade formativa mais numerosa (27, 60; cf. porém o final do n.º 47).

No seu encontro de Cochabamba (1988), a CLAR (Confederação Latino-Americana de Religiosos) apresentou a inserção como um dos "eixos dinamizadores" da formação para a VR, na Nova Evangelização (9). Já a nova Instrução considera a inserção de uma comunidade religiosa de formação num ambiente pobre como "problema" (n.º 28). Reconhece as "vantagens apostólicas" da inserção, mas insiste no princípio de que "as exigências da formação devem prevalecer" (ns. 28 e 50). Entre nós, a questão é discutida: Será que a inserção só tem vantagens apostólicas? Ou responderá melhor às exigências de uma nova formação para uma nova VR? Do outro lado, bastará morar no meio do povo para garantir uma autêntica experiência de Deus no pobre e demais exigências da VR que buscamos? Será mesmo que Deus deixou de estar presente na grande comunidade religiosa? Aqui deixamos apenas constância do contraste de opiniões.

Poderíamos apontar, ainda, outras pequenas diferenças ou contrastes entre as orientações da Congregação romana e a prática atual da nossa VR no Brasil. Por exemplo, o critério de que a profissão temporária seja celebrada "sem nenhuma solenidade particular" (n.º 56) é difícil de compreender e realizar, no contexto de um povo pobre, como o nosso, que faz absoluta questão de celebrar com muita festa. Mais grave, porém, me parece que o documento tenha esquecido, ao tratar dos "agentes de formação", o povo cristão, que com sua fé, religiosidade popular e carinhosa amizade,

tem uma contribuição importante na formação dos nossos jovens religiosos. Se é verdade que “os pobres nos evangelizam”, podemos dizer que eles são também “nossos mestres” (Bossuet).

B) Valores do documento

Se a nova Instrução é longa e repetitiva de coisas que já estavam presentes em documentos anteriores, penso que os superiores maiores e quantos trabalham na formação agradecerão encontrar, reunido em um só texto, o pensamento atual da Santa Sé sobre o assunto.

O estilo pouco atraente é compensado por um tom geral de moderação, serenidade e discrição, do qual muitos de nós estamos esquecidos. Porque o que hoje chama a atenção e predomina, mesmo em nossos ambientes eclesiais, é a polêmica, o exagero, a crítica nem sempre construtiva. A nova Instrução da Congregação romana, pelo contrário, não é polêmica, nem impositiva. Reconhece que há um legítimo pluralismo dentro da Igreja (n.º 24). É mesmo quando toma alguma posição clara, por exemplo contra o noviciado inserido em meios pobres, evita a expressão radical: diz que é totalmente “desaconselhável”; não diz “está proibido”, “é intolerável”, etc. Qualquer observador desarmado perceberá que os documentos do Magistério da Igreja, nos últimos tempos, são muito mais moderados e tolerantes do que as reações que suscitam na imprensa, e talvez em nós mesmos (10).

Mesmo insistindo mais do que muitos desejariam, em valores her-

dados da grande tradição monástica (“silêncio” e “solidão”), é notável a crescente compreensão e respeito, por parte do Magistério, da diversidade dos “carismas” próprios de cada instituto (ns. 5, 16, 27, 62, 68) (11). O documento é aberto também às diversas culturas (ns. 41, 68, 86), recolhe a problemática atual da “inculturação” (ns. 90-91), defende as culturas não homogênicas. Em certos países ou ambientes sociais, recomenda “estar atento para promover a cultura, sem assimilá-la a uma cultura estrangeira”, por que “é dentro da sua própria cultura que as candidatas e os candidatos hão de reconhecer o chamamento do Senhor e de responder a ele de modo original” (n.º 43, cf. o final do n.º 47).

A nova Instrução não ignora a corrente dominante, hoje, na América Latina e, concretamente, no Brasil. Reconhece que as “pequenas comunidades inseridas” podem ser “uma expressão significativa da opção preferencial pelos pobres”. E pela primeira vez, que eu tenha notícia, um documento do Magistério faz a distinção, consagrada por nossos teólogos: viver “para”, “com” e “como” os pobres (n.º 28). Ao tratar do conselho evangélico de pobreza (n.º 14), recolhe o pensamento de um dos nossos autores mais destacados, e usa a expressão “empobrecidos” (pobres que são produto de uma sociedade geradora de pobreza) (12).

Se, por um lado, o texto deseja preservar os jovens do encontro prematuro com qualquer “problemática exageradamente crítica” (n.º 61),

por outro, afirma que a formação dos contemplativos deve levar em conta “as exigências críticas da razão humana” (n.º 74). Aborda, de maneira forçosamente incompleta, a problemática sexual (ns. 39-41), e aceita o eventual recurso à Psicologia (n.º 43). Um jovem noviço gostou da alusão a esta ciência feita no n.º 37. É muito significativo que uma Congregação da Cúria romana, diga que precisamos continuar aprofundando, com ajuda das ciências humanas, a questão da identidade da mulher (n.º 41).

Contrariando insistentes suspeitas de que a Igreja está entrando numa fase de “recuo” ou “volta ao passado”, a nova Instrução mostra-se atenta ao “contexto do mundo atual” e “às exigências do nosso tempo” (n.º 75). Recomenda uma formação sensível aos “sinais dos tempos”, “flexível e atenta aos acontecimentos cotidianos da vida pessoal e da vida do mundo” n.º 67).

O documento sintetiza, mais uma vez, de maneira clara, a identidade do religioso, o cerne de sua vocação: a consagração de todo seu ser a Deus, no seguimento radical de Jesus, ao serviço da Igreja, e do mundo. É para isso que entram na VR os jovens candidatos, e para isso devem ser acolhidos, acompanhados e formados.

No aspecto pedagógico, a nova Instrução destaca um dos elementos fundamentais da formação cristã e religiosa: o acompanhamento espiritual (ns. 13, 19, 27, 30, 44, 52, 63, 71). Distingue as figuras do “formador” (ou “educador”), do “diretor

espiritual”, e do “confessor”. Atribui ao mestre de noviços o acompanhamento espiritual de todos e cada um dos noviços a ele confiados (n.º 52). Ao mesmo tempo, reconhece que o jovem religioso é sujeito ativo, responsável pela sua própria formação, que deverá ser personalizada (ns. 29, 51). O leitor atento e com alguma experiência de formação apreciará o bom senso pedagógico de outras observações do documento, que talvez passem despercebidas ao leitor apressado ou inexperiente.

III) CONCLUSÃO

Do rápido elenco de limites e valores do documento “Orientações sobre a formação nos institutos religiosos”, parece resultar um balanço final positivo.

O documento é importante, em primeiro lugar, por proceder da mais alta fonte romana, que trabalha em favor da VR na Igreja universal. E penso que, neste momento, é necessário cultivar o que nos une e não deixar-se levar pelo que Von Balthasar chamou de “o complexo anti-romano”.

Em segundo lugar, o documento me parece importante, pelo seu conteúdo. Embora não seja nem pretendida ser original, a nova Instrução presta o serviço de sintetizar o pensamento do Magistério da Igreja, do Concílio Vaticano II para cá, em matéria de formação para a VR.

Finalmente, o documento é importante, porque nos lembra os grandes desafios que a vida e o mundo atual nos colocam a todos quantos,

de alguma forma, somos responsáveis pela formação dos jovens religiosos:

a) *Formação dos formadores*: É freqüente encontrarmos, hoje, formadores que se sentem despreparados e inseguros. O documento pede que se formem novos formadores, sem esperar que os atuais terminem seu mandato (n.º 110).

b) *Seleção vocacional e formação personalizada*. O discernimento não é fácil, mas é necessário. Cada vocação é única e irrepetível. Por outro lado, os jovens, para serem eles mesmos, precisam de comunidades acolhedoras e estimulantes, como as estrelas precisam da atmosfera para brilhar.

c) *Unidade de vida*. “O serviço ao próximo não divide nem separa o religioso de Deus” (n.º 17). A dimensão vertical (“mística”) e a dimensão horizontal (“política”) se complementam. O documento o sabe, embora advirta contra o risco da ideologização política (n.º 14, final). Hoje, mais do que os antigos monges do deserto, precisamos unificar nossa vida consagrada a Deus. O documento veio no-lo lembrar, em boa hora (ns. 17-18).

d) *Comunhão e solidariedade*. Os religiosos — “peritos em comunhão” (n.º 25) — são testemunhas de que o amor fraterno, gratuito e universal, ainda é possível, num mundo massificado e em crescente processo de isolamento técnico-científico. A questão comunitária e a solidariedade com os pobres são decisivas na formação dos novos religiosos.

e) *Não esquecer o amor primeiro* (cf. n.º 8). O maior desafio da formação para a VR é o crescimento, amadurecimento e continua atualização da fé (aquela confiança amorosa em Deus, que nos amou primeiro, nos chamou e nos consagrou). Os nossos melhores teólogos tem apontado sempre como alicerce da VR a “experiência de Deus”. Nenhum discurso, nenhuma praxis poderá substituir, na formação inicial e permanente, esta “experiência fundante” (13).

Nesta última perspectiva, podemos entender melhor a preocupação da Congregação romana e de muitos superiores de institutos religiosos por garantir aquelas condições que ajudem às comunidades de formação a trilhar o caminho sempre antigo e sempre novo da oração. Quando se desconfia de que as pequenas comunidades inseridas não sejam aptas para a formação inicial, é por pensar que nelas a prática da oração regular será mais difícil. Os defensores da formação na inserção retrucam que, nas pequenas comunidades inseridas, a oração é mais encarnada: “A gente transforma a vida em oração, contemplação, experiência de Deus” (14). Pelo contrário, nas grandes comunidades a oração seria espiritualista e desencarnada.

A questão decisiva parece ser, pois, esclarecer as formas históricas concretas em que, aqui e agora, uma pessoa ou uma comunidade religiosa experimenta melhor a presença do Senhor e serve mais ao seu Povo. A questão deverá ser esclarecida na oração e na partilha, no diálogo sereno, sincero e respeitoso.

Num tempo de mudanças e instabilidade quase geral, é muito importante observar a durabilidade dos fatos e a constância no bem. Um mestre em discernimento, Inácio de Loyola, ensinou-nos que as coisas que procedem de Deus são boas no começo, no meio e no fim (15).

No meu entender, a Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica não disse uma palavra final e irreformável, no atual debate sobre

a formação na inserção. Mas disse uma palavra, que deve ser conhecida e levada em consideração.

Entretanto, a VR no Brasil continua sua caminhada, como a Igreja toda, peregrina, animada pela força do Senhor ressuscitado, superando suas dificuldades, com paciência e com amor, testemunhando ao mundo a bondade de Deus. "Embora entre sombras" (LG, 8), caminhamos com esperança e fidelidade, até o raiar da plena Luz.

NOTAS

(1) SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA OS RELIGIOSOS e INSTITUTOS SECULARES, **Instrução sobre o adequado Renascimento da Formação para a Vida Religiosa**. São Paulo, 1969 ("A Voz do Papa", 62); Petrópolis, 1969 ("Documentos Pontifícios", 179), proêmio. O texto italiano diz: "Instruzione sull'Aggiornamento...". Em português, poderiam ter traduzido a expressão "adequata renovação" por "atualização". (2) Cf. P. MOLINARI e P. GUMPEL, **Il Capitolo VI "De Religiosis" della Costituzione dogmatica Sulla Chiesa. Genesi e contenuto dottrinale alla luce dei documenti ufficiali**. Milano, 1985, 27-83. (3) Compare-se o texto provisório, publicado em: J. BEYER, **Los Institutos de vida consagrada. Hacia un nuevo Derecho**. Madrid, 1978 ("BAC popular" 13). (4) **L'Osservatore Romano**, edição semanal em português, 18 março 1990, 5-16. Foi publicado, também, em edição manual, pelas Edições Loyola (1990, 64 p.), pela Vozes ("Documentos Pontifícios", 235), e pelas Paulinas ("A Voz do Papa", 188). (5) Em um grupo de 30 formadores religiosos, de diversos Estados do país, dez meses depois de publicado o documento, apenas 5 o tinham lido. E o único comentário público que conheço do mesmo é uma lamentável página jornalística, em revista tão conhecida como pouco confiável

nas suas interpretações dos assuntos religiosos: "A volta da clausura. O Vaticano aperta o cerco contra os seminários e quer um retorno à formação mais tradicional dos padres", **Veja**, 13 de junho de 1990, p. 67. (6) A nova Instrução inicia com palavras do Concílio Vaticano II, PC, nº 18; Cf. a Instrução anterior, **Renovationis Causam**, proêmio, nota 4. (7) Esta última afirmação é citação de uma mensagem de João Paulo II aos religiosos do Brasil, 1986. A sigla IDGP abrevia "Insegnamenti di Giovanni Paolo II", que estão traduzidos também ao português. (8) Cf. Karl RAHNER, "La mística ignaciana de la alegría en el mundo", em **Escritos de Teología**, III. Madrid, '96', p. 314. (9) CLAR, **Formación en la Nueva Evangelización**. s.n.t. (1989), 106-112. (10) Infelizmente, todos nós temos um primeiro contato com os documentos do Magistério da Igreja, através dos resumos e comentários da grande imprensa. Esta costuma apresentar as posições da hierarquia católica como "intolerantes" ou "radicais", "conservadoras" ou "progressistas", e assim por diante. Os escândalos e polémicas dentro da Igreja encontram ampla cobertura nos meios de comunicação social; o bem que nela se faz é silenciado. Dir-se-ia que as virtudes e os valores mais duráveis da nossa fé não interessam a um público ávido de novi-

dades. (11) Compare-se com a situação da VR nos anos pré-conciliares. Um teólogo italiano, que foi perito no Concílio e consultor da Congregação para os Religiosos, afirma que, naqueles anos, havia "una standardizzazione ed anche una certa imposizione di una visione prevalentemente monástica, che impedì lo sviluppo di certe forme di vita autenticamente religiosa, ma de altro 'modello' ..., un certo 'fissismo' e un voler mantenere come parte dell'autentica tradizione certe forme esteriori e certe modalità di vita incompatibili con la vita moderna" (Paolo MOLINARI, op. cit., 16-17). (12) Os parágrafos 2º e 3º do nº 14 dependem diretamente da obra, traduzida em diversas línguas, de Marcello

de C. AZEVEDO, *Os religiosos, vocação e missão. Um enfoque exigente e atual*. 4ª ed. CRB, Rio de Janeiro, 1986, cap. 3º: "VR e preferência pelos pobres". (13) Cf. J. B. LIBÂNIO, "Discernimento vocacional: a experiência fundante", *Convergência* 20 (maio 1985) 195-206. Igualmente, para Clodovis BOFF, a experiência de Deus é "a raiz do nosso próprio compromisso junto ao povo". "É a partir dessa raiz que se deve entender a identidade mesma da VR", em: *Caminhada das Pequenas Comunidades. I Encontro das Pequenas Comunidades do Nordeste II, Lagoa Seca, PB, 1981*. Recife, 1982, p. 93. (14) Cf. C. BOFF, loc. cit., p. 95. (15) Cf. *Exercícios Espirituais*, 333. □

PÉ DE PÁGINA

Pe. Marcos de Lima, SDB

DISCERNIMENTO. Uma palavra que precisa ser conhecida e considerada. A chave da leitura para visualizar o NOVO. Saber discernir, saber auscultar, pois as coisas de Deus são boas no começo, no meio e no fim.

Toda escolha custa um preço

Ninguém pode assobiar e chupar cana ao mesmo tempo. Contradição insuperável. Isso porque não possuímos o dom de um desdobramento intemporal e simultâneo de nossa prática, de nosso agir. Numa exclusão dolorosa, temos sempre de, ou assobiar, ou chupar cana. Nesta linguagem rude e concreta, vale a meta-significação, ou seja, todos temos de escolher. E toda escolha custa um preço. Nesta medida, toda escolha é amarga. Certamente, Você tem esta experiência existencial. É difícil decidir-se. É difícil vergar a espinha dorsal de uma moldura mental fortemente enraizada: a passividade, a abulia, a neutralidade, a apatia, a inapetência para a renovação ou a inovação, não ser parte ativa do processo, ser carta fora do baralho e do barulho. Longe de nós, uma vida mergulhada nesta espécie de catalepsia. Para os omissos e acomodados, embora revoltados, não há desculpas.

A MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA E A EXCLUSÃO SOCIAL

NOTAS PARA UMA ANÁLISE DA REALIDADE SÓCIO-ECONÔMICA DO BRASIL

*A modernização brasileira cria a dualidade
social causada
pela prioridade do econômico sobre o social.*

Pe. Inácio Neutzling, SJ
Brasília, DF

Nossa análise da atual realidade brasileira se circunscreve ao aspecto sócio-econômico. Ela parte da crescente degradação social que se verifica hoje no Brasil. Esta é resultado de um tipo de modelo de desenvolvimento adotado pelo país. Este modelo está em crise. Esta crise perpassa toda a década de 80. Nas eleições de 17 de dezembro de 1989 o Brasil opta por uma das propostas de saída dessa crise: a estratégia de integração competitiva no mercado internacional, via aprofundamento da transnacionalização e modernização da sua economia. Esta opção se faz num momento em que se dá uma reorganização da economia e do comércio internacional. Esta reorganização implica numa série de limites para a estratégia adotada pelo Brasil. Mas o problema central que este tipo de opção apresenta é o aprofundamento e a radicalização da dualidade brasilei-

ra. É o que procuramos analisar neste trabalho.

1. Degradação social da Vida do Povo Brasileiro

No final do ano passado as manchetes dos grandes jornais do país noticiaram com destaque algo que para tantos brasileiros é o cotidiano mas que sempre de novo impacta a consciência nacional: a degradação social da vida do povo brasileiro.

A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), versão 1989, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrava um recorde na concentração de renda. Os 10% mais ricos da população brasileira detinham em 1989 53,2% da renda contra apenas 3,5% percebidos pelos 50% mais pobres. Em 1981,

esses percentuais foram de 46,6% e 4,5%, respectivamente (1). A década de 80 acentuou uma característica do desenvolvimento dos últimos 30 anos (2).

Outra pesquisa, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do Ministério da Economia, revelava que de 1980 a 1988 o contingente de brasileiros absolutamente pobres, isto é, com rendimento inferior a um quarto do salário mínimo, aumentou de 29,4 milhões para 44,8 milhões (3). Uma pesquisa realizada pela FAO — mostra que 40% dos brasileiros — cerca de 53 milhões de brasileiros — vivem com uma renda anual entre 150 e 300 dólares. Isto caracteriza, segundo a FAO, uma situação de fome endêmica (4).

Sinal mais evidente dessa degradação social é o dado do relatório anual "Situação Mundial da Infância-91" elaborado pela UNICEF estimando que de cada mil crianças no Brasil, 85 vivem em condições precárias de saúde, tem um crescimento deficiente e morrem antes de completar 5 anos. Esse número coloca o Brasil em situação pior que a da Argentina, do Paraguai e de países pobres como a Malásia, o Sri Lanka e a Tailândia.

Tudo isto se torna mais dramático com a revelação de que em 1990 o Produto Interno Bruto (PIB) sofreu uma queda de 4,3%. Se a renda per capita em 1989 foi de 2.380 dólares, em 1990 esta renda reduziu-se para 2.240 dólares. Isto significa que cada brasileiro tornou-se 140 dólares mais pobre. Regredimos aos níveis de 1979 (5).

Essa degradação social da vida brasileira é acompanhada pela degradação política que se caracteriza pelo clientelismo, o prebendismo, a corrupção (6); pela degradação cultural de sua população, majoritariamente sem instrução, com 24 milhões de brasileiros acima de 7 anos que são analfabetos (7); pela degradação das relações internacionais do Brasil, transferindo para o exterior, em 1989, recursos da ordem de 14 bilhões de dólares, algo em torno de 3,4% do PIB (8), tornando-se, porém, cada vez mais dependente de tecnologia e de capital; pela degradação do seu meio ambiente; pela degradação do aparelho de Estado entrando em colapso financeiro, político e administrativo incapaz de se tornar eficiente e transparente.

2. Busca de um Novo Modelo de Desenvolvimento

Esta situação é conseqüência de um modelo de desenvolvimento econômico adotado e implementado a partir de 1930 de modo geral e mais especificamente a partir de 1945. O desenvolvimento teve como objetivo a industrialização do país. Sua estratégia básica era a substituição de importações. Para isto foi fundamental a presença do Estado, principalmente, através do desenvolvimento das empresas estatais. O modelo desenvolvimentista, nacional-populista até 1964 e tecnoburocrático-autoritário, com a exclusão radical dos trabalhadores e setores organizados das classes populares, depois de 1964, vigorou até o final dos anos setenta. A eco-

nomia brasileira durante o período desenvolvimentista cresceu a uma média de 7% ao ano (9).

A década de 80 é a década da crise desse modelo. Essa crise vai desorganizar o projeto de industrialização brasileira alavancado por um Estado modernizante, ainda que cartorial, sustentado por uma esdrúxula e conservadora aliança liberal-desenvolvimentista, agora em processo de decomposição ou reorganização” (10).

As eleições de 17 de dezembro de 1989 definem a escolha de uma nova estratégia para enfrentar a crise do modelo desenvolvimentista brasileiro, do seu padrão de financiamento público, do tipo de articulação Estado/mercado. A característica mais evidente desse padrão de articulação foi a política de subsídios e incentivos, a subvalorização periódica dos preços e tarifas públicas e a socialização das perdas das instituições privadas insolventes (11).

A estratégia adotada é de recolocar o Brasil no mundo do capital transnacionalizado, aprofundando sua integração competitiva no mercado internacional cada vez mais globalizado, via modernização do país. Trata-se de uma “estratégia de médio e longo prazo que quer redesenhar radicalmente a sociedade brasileira, reorganizando a economia e revolucionando o Estado segundo padrões estritamente liberais” (12). Para isto visa-se:

- a — superar os entraves estruturais à modernização do capitalismo;
- b — compactar o aparelho estatal

tornando-o mais eficiente e transferindo para o setor privado a quase totalidade da atividade econômica; c — abrir a economia para o capital estrangeiro, com a eliminação de quase todos os obstáculos oficiosos e oficiais e a criar novos atrativos como a suspensão de toda proteção à tecnologia nacional, das restrições às importações e a liberalização do câmbio (13).

Com as reformas fiscal, monetária e administrativa visa-se a destruição do Estado cartorial com o fim dos subsídios, incentivos, reservas de mercado, etc. e o desmonte do próprio instrumental desenvolvimentista do Estado com um programa de privatização sem fronteira e abertura do comércio exterior. Tudo parece se inscrever rigorosamente no receituário neo-liberal, cuja utopia maior é o mercado. Isto é feito com a forte recomposição da autoridade presidencial, e com o fortalecimento do Estado, que de grande devedor, passa a ser o maior provedor da economia. Visa-se assim, desregular e desestatizar tendo em vista uma mudança radical da economia e do Estado brasileiro. Assume-se o esgotamento do padrão de desenvolvimento sustentado pelo Estado e propõe-se uma modificação das regras de relacionamento entre este e o mercado, assim como dos vários capitais nacionais e internacionais entre si, no quadro do neo-liberalismo. Isto necessariamente vai implicar em desarmar a rede de interesses altamente imbricados na economia, que se foi formando através de todo tipo de transferências diretas e/ou indiretas por parte do Estado.

Para que esta estratégia possa ser minimamente implementada o governo optou por uma política de estabilização econômica que basicamente se assenta sobre quatro pilares (14):

1 — a intervenção financeira e monetária — o bloqueio parcial da liquidez dos ativos financeiros e a adoção de uma política monetária e creditícia fortemente restritiva foram as medidas de maior impacto inicial do Plano Collor;

2 — o ajuste fiscal de curto prazo — visa a geração de superávits evitando que o governo seja obrigado a se financiar no mercado de títulos, pressionando as taxas de juros e fazendo reviver o circuito especulativo com quase-moeda;

3 — a política de rendas — com a desindexação dos salários se provocou uma fortíssima diminuição no poder de compra dos assalariados. Chega-se a propor uma queda de 40% da demanda em 1991. Se tal cifra for atingida isto implicará em desemprego massivo, arrocho salarial, depressão do comércio e da atividade industrial significando uma redução do PIB para 200 bilhões de dólares (15);

4 — a liberalização externa que consiste na flexibilização da taxa de câmbio e liberalização das importações.

A política de fundo que dá a diretriz e a orientação dessas medidas é a crença de que o mercado, deixado livre e sem interferências, isto é, prescindindo de medidas que interfiram nas decisões voluntárias

dos agentes econômicos, é capaz de equilibrar a economia.

A opção feita é pela inserção competitiva no mercado internacional fortemente globalizado. Para isto é necessário redefinir o papel do Estado e da sociedade brasileira em função da plena efetivação do mercado livre. Acredita-se que o mercado livre será capaz de fazer o Brasil trilhar o caminho do crescimento ilimitado via transnacionalização da sua economia e a renovação tecnológica da sua atividade industrial, comercial e agrária. E assim o Brasil como que automaticamente irá resolvendo os grandes desafios que surgem da crescente degradação da vida da maioria do povo brasileiro. A melhoria das condições gerais de vida da população brasileira alcançar-se-á pela via indireta do aprimoramento do capitalismo através de processos distributivos espontâneos.

Trata-se de uma estratégia que em nenhum momento questiona as bases estruturais da sociedade brasileira e suas vinculações internacionais. Pelo contrário, as atualiza e ajusta procurando implantar um capitalismo avançado capaz de colocar o país no bloco das sete maiores nações do mundo.

3. O Mundo do Comércio

Esta estratégia é implementada num contexto internacional que se caracteriza:

1 — pela globalização da economia mundial. “Uma única economia. Um único mercado. Esse é o próximo nível natural da história

econômica da civilização” apre- goam ufanisticamente alguns analis- tas olhando desde o prisma dos paí- ses do Norte (16). Importante é dar-se conta do “processo de mun- dialização das economias nacionais, o processo de integração de cada economia nacional no mundo como um todo” (17). Neste processo pre- sencia-se a reorganização do mun- do em três macro-espacos econômi- cos: a Europa unificada sob a he- gemonia da Alemanha; a América do Norte sob a hegemonia dos EUA; o bloco asiático sob a hege- monia do Japão. O triângulo de ouro do livre comércio mundial é constituído pela ligação da Améri- ca do Norte, Europa e Japão (18).

Dentro desse processo é preciso assinalar que os EUA são o único bloco econômico onde o poderio econômico se junta com um efetivo poderio militar. “Somos o único poder verdadeiramente global” — afirma J. Baker (19). Caracteriza-se assim “um império único”. Império único que realiza sua primeira ação importante no Golfo Pérsico. “O império resolve fazer, e faz, e leva o mundo todo ou ao silêncio ou à colaboração” (20). Os EUA, evi- dentemente, uma vez podendo con- trolar militarmente o envio do pe- tróleo para o mundo inteiro, terão nas mãos uma importante arma contra a concorrência dos outros dois blocos, isto é, o europeu e o japonês. Trava-se no Golfo uma luta dos EUA para manter a com- petitividade com a Europa e Ásia e a longo prazo preservar a posição norte-americana nos assuntos mun- diais (21).

2 — Um segundo ponto que me- rece a atenção é a ascensão dos paí- ses do Pacífico no comércio mun- dial. Hoje a Ásia tem a metade da população do mundo. No ano 2000, terá dois terços. A Ásia é um mer- cado de três trilhões de dólares e em constante ascensão. “De qual- quer forma que se meça, geográfi- ca, demográfica ou economicamen- te o Pacific Rim (A Margem do Pa- cífico) é uma poderosa presença global”. A tal ponto que se o “Me- diterrâneo é o oceano do passado, o Atlântico o oceano do presente, o Pacífico é o oceano do futuro” (22).

3 — Um papel fundamental na reorganização da economia mundial é jogado pelas novas tecnologias. As novas tecnologias aceleram a tendência de globalização da eco- nomia. O setor das telecomunica- ções, por exemplo, com o uso da fi- bra ótica será um dos serviços funda- mentais que mais se desenvolverá. Um único cabo de fibra ótica tem capacidade de transmitir mais de 8.000 conversações, enquanto o de cobre transmite apenas 48. Cada vez mais se precisará menos de ma- térias primas. Um exemplo é a am- pla substituição do aço por plásti- cos. A miniaturização é outro fator que diminui a demanda de mate- rial. Por exemplo, 32 quilos de ca- bo de fibra ótica têm a capacidade de transmitir o mesmo número de mensagens que uma tonelada de fio de cobre. Isto implica na queda dos preços das matérias primas relativa- mente aos dos bens manufaturados e serviços.

Este processo de transformação tecnológica tem reflexos sobre as relações de trabalho e induz um

processo de realocação das atividades industriais e agrícolas no mundo (23).

4 — O fim da guerra fria no mundo, cujo símbolo é a queda do muro de Berlim, fez com que se afirmasse a vitória do Mercado Livre sobre o socialismo. Para alguns a história, enquanto história, chegou ao fim com a vitória econômica e política do liberalismo e o esgotamento ou extinção de qualquer alternativa sistemática a ele. O fim da história significa “o acabamento da evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia liberal ocidental como forma final do governo humano” (24).

O capitalismo venceu. “O capitalismo, que diz chamar-se democracia liberal, é o porto de chegada de todas as viagens, a forma final de governo humano. Horas de glória. Não existe mais a luta de classes e, no Leste, já não há inimigos, e sim aliados. O mercado livre e a sociedade de consumo conquistam o consenso universal, que tinha sido detonado pelo desvio histórico da miragem comunista. Como a Revolução Francesa queria, agora somos todos livres, iguais e fraternais. E todos proprietários. Reino da coíça, paraíso terreno” (25).

5 — Vivemos a era do indivíduo. Sua supremacia aos poucos vai sendo reconhecida em todos os setores da atividade humana (26). A economia da informação, ao contrário da era industrial, acentua e sinaliza a centralidade do indivíduo fortalecendo o seu poder. Poder do indivíduo que é ampliado pelo compu-

tador e as novas tecnologias. O auto-interesse individual e a prosperidade são os argumentos centrais para consolidar a vitória do Mercado Livre, do Livre Comércio e para “enterrar o socialismo” na expressão de M. Thatcher. “Em todo o mundo existe agora um claro redirecionamento de ênfase para o indivíduo, e não mais para classes ou grupos (negros, pobres)”. Enfim, a mudança básica é a passagem do governo centralizado para a potencialização do indivíduo. O momento mundial que estamos vivendo é o do triunfo do indivíduo e a morte do coletivo. “O reconhecimento deste triunfo é o fio condutor que une as grandes tendências que marcam a atual conjuntura mundial” (27).

6 — A lógica dominante hoje na organização econômica mundial, afirmando a centralidade do indivíduo, o livre jogo do mercado, a livre concorrência, como leis fundamentais do Mundo do Comércio, (28) considera o crescimento econômico como algo ilimitado. “A exploração econômica global nos anos 90 estará livre dos limites ao crescimento que conhecemos no passado. De fato, virtualmente não haverá limites para o crescimento” (29).

4. O Capital não opta pelos pobres

Quais são os limites que desafiam a estratégia brasileira de integração competitiva no Mundo do Comércio?

Os limites dessa estratégia são muitos e grandes.

1 — O comércio internacional está cada vez mais competitivo, com um maior número de parceiros, especialmente do Pacific Rim, o que significará uma situação de concorrência cada vez mais profunda. Isto se acentua com a exclusão da América Latina do processo de globalização da economia. Por ex., atualmente a América Latina exporta 100 em volume e recebe 74 em valor, enquanto países industriais, devido à alta tecnologia, exportam 100 e recebem 124 em valor (30).

2 — Para desenvolver esta sua estratégia o país necessita de capital, de investimentos estrangeiros maciços.

Há, no entanto, uma escassez estrutural de poupança no mundo. As possibilidades de captar poupança no mundo são altamente competitivas. P. ex., das aplicações japonesas em 1989 foram destinados 44% para os EUA, 23% para a Europa Ocidental e 11% para a Europa Oriental. Na América Latina foram aplicados apenas 2% (31). O fluxo do capital hoje é Norte-Norte e transita prioritariamente pelo sistema financeiro privado. Isto modifica substancialmente o direcionamento espacial dos grandes fluxos de capital. O capital não faz a opção pelos pobres. Ele se direciona prioritariamente aos países do Norte. “Dá-se um processo de especulação concentrada com os recursos financeiros nos países do Norte, que têm como um dos seus subprodutos a elevação do custo do dinheiro, ou seja, da taxa de juros” (32).

Em 1990 os créditos concedidos pelos bancos das principais nações industrializadas à América Latina foi reduzido em 13%, o que equivale a quase 23 bilhões (33). Dos investimentos estrangeiros em 1990 na AL só 3% foram investidos no Brasil (34).

3 — A inovação tecnológica tirou de países como o Brasil “as clássicas vantagens comparativas históricas que deram, bem ou mal, à região, desde a época da expansão européia no século XVI um papel econômico no mundo” (35).

Assim na agricultura, a introdução de técnicas agrícolas como fertilizantes, defensivos, etc. e a biotecnologia, diminuíram a importância estratégica da exportação e importação de produtos primários.

Como vimos acima, diminui a importância das matérias primas. A inovação tecnológica reduz o seu peso econômico seja no processo de manufatura seja na quantidade de matérias empregadas, reduzindo o tamanho dos produtos (downsizing), substituindo materiais, etc.

No setor secundário, a automação e a informática atenuaram a relevância do custo mais barato da mão-de-obra como fator de competitividade internacional.

No setor terciário, a inovação tecnológica tem gerado novos tipos de informações e conhecimentos de ponta que países como o Brasil têm dificuldades em gerar.

4 — O fim da guerra fria faz com que o Brasil seja geopoliticamente menos importante. Com a

guerra fria “havia interesse em nos manter no campo capitalista, pois poderíamos alterar o balanço do poder mundial se fizéssemos uma opção socialista. Hoje quem deseja se manter não-alinhado; afirma ironicamente R. Campos, terá de fazê-lo sem financiamento” (36).

5. O Apartheid Social: fruto do modelo

A análise do novo quadro do comércio mundial não favorece a estratégia adotada pelo governo brasileiro. O que significa para países como o Brasil adotar o modelo neoliberal de Mercado Livre, auto-regulado, incorporando as novas tecnologias e privilegiando a livre iniciativa, a livre concorrência?

a — *A modernização brasileira...*

A modernização do país, segundo esta estratégia, é fundamental para que o país possa competir com os principais blocos comerciais do mundo.

Podemos definir a modernização como “o desenvolvimento da racionalidade instrumental” que busca a “previsibilidade e o controle dos processos sociais e naturais” (37).

O Brasil, por conta do tipo de modelo de desenvolvimento adotado, principalmente a partir de 1945, é um país que conta com uma série de indicadores que, neste final de século, definem a modernização (38).

Em um século, desde a proclamação da República, o Brasil transfor-

mou-se de um país basicamente agrícola num país com uma privilegiada estrutura industrial que o coloca, em termos de produto, entre as 10 maiores economias do mundo. 70% da sua população é urbanizada. Produz e compete no mercado internacional, desde têxteis até aviões, passando por uma indústria metal-mecânica que produz um milhão de automóveis por ano.

A agricultura brasileira está entre as maiores exportadoras do mundo contando com alguns dos mais competentes cientistas do mundo.

Uma formidável infra-estrutura corta todo o território, com modernas rodovias, um razoável sistema de telecomunicações. Sua infra-estrutura científica, tecnológica e de ensino superior põe o Brasil em condições de debater em igualdade com intelectuais de todo o mundo, embora em desigualdade, em termos de quantidade.

O Brasil tem tecnologia e competência administrativa que lhe permitiram projetar e construir a maior hidrelétrica do mundo, montar uma completa integração de energia elétrica em todo o território nacional e concorrer internacionalmente no setor.

Implantou um inovador e amplo sistema de substituição do petróleo por álcool e consegue autonomamente lidar com todas as técnicas petrolíferas, da prospecção à produção petroquímica, passando por exploração em grandes profundidades, inclusive marinhas.

O sistema de atendimento médico conta com alguns dos melhores cirurgiões, e instalações hospitalares capazes de oferecer os melhores serviços, desde ambulâncias aéreas até as melhores UTIs.

b — ...*cria a dualidade social*...

No entanto este processo de modernização trouxe consigo e gerou um dualismo que marca a sociedade brasileira de alto a baixo e que se expressa nos dados sumariamente apresentados no início deste ensaio. Trata-se não do dualismo entre o tradicional, arcaico e o moderno, o rural e o urbano mas da exclusão produzida pelo próprio processo de modernização. Os setores excluídos compartilham do “modo de vida” moderno. São marginais, não por seus valores ou aspirações (9), mas em relação ao processo de modernização que dado o peso crescente do fator capital (incluindo a tecnologia), é incapaz de integrá-los, gerando um desemprego estrutural. O caráter da exclusão social é alterado. Pois o setor excluído não está à margem do sistema capitalista, mas é incorporado passivamente (40). Trata-se de uma “exclusão em massa e permanente” (41) que nos permite falar em *apartheid* social. Diferentemente dos dualismos passados, onde os velhos regimes oligárquicos tinham, pelo menos, a pretensão de servirem de base à construção de Estados nacionais relativamente integrados, nos regimes de *apartheid* social, esta pretensão de hegemonia entra em crise. Aos participantes do Pri-

meiro Brasil falta uma visão geral da Nação (42). Sua visão, quando a tem, limita-se a uma pequena parte da Nação real, aquela mais moderna e integrada aos circuitos econômicos internacionais mas totalmente desvinculada das grandes maiorias socialmente excluídas. “Chegados a esse limite os grupos dominantes já não se vêem como parte da Nação mas como parte do mundo ou ‘bloco’ internacional” (43).

c — *causada pela prioridade do econômico sobre o social*.

A modernização estancada no plano social é consequência de uma opção por um padrão de inserção na economia internacional que se caracteriza por um processo de desenvolvimento econômico onde o social é submetido ao econômico acreditando que sendo a economia dinâmica a sociedade terá o atendimento social que necessita. Assim, dentro dessa ótica, a marginalização é vista como um problema meramente econômico além de transitório (44). A subordinação da economia a objetivos sociais não é possível em um projeto integracionista do país ao capital internacional. Pela própria lógica de que a este capital o que interessa, obviamente, é a maximização de seus lucros através da repetição, no país, do modelo econômico externo.

Para alguns economistas esta seria a solução, uma vez que a integração levaria, pouco a pouco, a população brasileira a ir-se integrando no nível de consumo ofere-

cido pelo desenvolvimento dos países ricos. E todos os seus problemas estariam resolvidos pelo desenvolvimento (45). É a prioridade dada à economia e ao crescimento econômico que leva à exclusão a imensa maioria do povo brasileiro. À medida que o país adere à estratégia de inserção competitiva no mercado internacional este dualismo se reforça. Servimos “de receptáculo a um estilo de produção, concentracionista e rígido, que tanto perpetua nosso atraso tecnológico relativo como agrava nosso dualismo econômico interno”. Quanto mais cresce a nossa economia tanto mais desigual se torna (46). Pois ao aceitarmos o papel que nos é imposto pela nova divisão internacional de trabalho de “sermos receptáculo de um estilo de industrialização — voltado para máquinas e processos produtivos rígidos, bens padronizados e tecnologia banal” apenas consolidamos e aprofundamos o dualismo. Pois se estabelece “como cerne da parte moderna e favorecida da nossa economia, uma indústria que só consegue copiar, em benefício das minorias, os produtos consumidos pelas maiorias nos países ricos. E que só consegue exportar bens industrializados que dependem, para concorrerem no mercado mundial, do aviltamento dos salários internos” (47). Portanto, hoje, “não há apenas desigualdade: há uma desigualdade produzida. A desigualdade social hoje tem que ver com decisões conscientemente tomadas dentro da lógica da ciência econômica”. Enfim, “há uma arquitetura do desastre social” (48).

Conclusão

A análise sócio-econômica da realidade brasileira deve ser completada com a análise sócio-política. Não foi este o nosso objetivo neste trabalho. O autoritarismo, o clientelismo, o prebendismo, o corporativismo e a falta de partidos organicamente articulados com os interesses dos que “estão fora de lugar”, são alguns desafios que no nível sócio-político precisam ser tratados. O que significa construir a democracia política em tal situação de dualidade social?

Pastoralmente coloca-se o desafio do trabalho pastoral junto e com os marginalizados e esquecidos desse tipo de modelo de desenvolvimento econômico. A inculturação mais do que nunca é urgente.

Resta, porém, a todos o desafio de pensar um novo modelo de desenvolvimento em que o econômico seja subordinado ao social. Para isto se faz necessária “uma ética reguladora que seja incorporada à própria essencialidade da economia, no próprio arcabouço de sua teoria” (49). Para isto é necessário que os valores da solidariedade, da justiça, da liberdade, da igualdade, da pluralidade e diversidade, sejam assumidos por um número cada vez maior de pessoas para que se tornem hegemônicos na sociedade. Enfim, coloca-se o desafio de uma inversão radical do modelo de desenvolvimento econômico dialeticamente articulado com a inversão da estrutura subjetiva das maiorias no sentido de estabelecer uma moral cotidiana da transformação.

(1) OLIVEIRA, Gesner de, "Desigualdade e inflação", FSP, Caderno B, 12/11/90, p. 2. (2) 1960: 10% mais ricos detinham 39,6%; 1970: 10% mais ricos detinham 46,7%; 1980: 10% mais ricos detinham 51,0%; 1989: 10% mais ricos detinham 53,2%. Enquanto isso em 1960: os 90% mais pobres detinham 60,4%; 1970: os 90% mais pobres detinham 53,3%; 1980: os 90% mais pobres detinham 49,0%; 1989: os 90% mais pobres detinham 46,8%. Fonte: Estatísticas Históricas do Brasil, 1550 a 1985, IBGE e PNAD 1989. (3) FSP, 1/12/90, Caderno B, p. 16. (4) FSP, 19/10/90, Caderno C, p. 1. (5) JB, 11/1/91, p. 2. (6) Cf. CNBB, Sociedade Brasileira e Desafios Pastorais, Ed. Paulinas, 1989, p. 46-50. (7) Fonte PNAD 1989. (8) Cf. CNBB, Sociedade Brasileira..., p. 41. (9) Para uma análise da presença do Estado na estratégia desenvolvimentista cf. FIORI, J. L., "Para uma crítica da teoria latino-americana do Estado" I, SÍNTESE NOVA FASE 50(1980), p. 55-72 e II, ib. 51 (1990), p. 79-103. (10) H. FIORI, J. L., "Transição Superada: Crise superada?", NOVOS ESTUDOS, Cebrap, 28 (1990), p. 141. (11) Cf. CNBB, Sociedade Brasileira..., p. 48-49. (12) FIORI, J. L., "O Plano Bonaparte de Collor", Idéias/Jornal do Brasil 8/4/90, p. 4-7. (13) Cf. ARRUDA, M., "Ver para crer: Plano Collor e suas tendências", PACS-PRIES / GS, 1990, mimeo, p. 2. (14) Cf. ARRUDA SAMPAIO JR., P., BRAGA, José Carlos, AFFONSO, R., "Teoria do fascismo de Mercado", IDÉIAS, JB, 18/11/90, p. 6-8. Nota: Este artigo terminou de ser escrito no dia 30/01/91. Portanto antes do pacote econômico do dia 31/01/91. (15) Cf. a interessante entrevista do Prof. Dércio Garcia Munhoz, VEJA, 19/12/90, p. 5-7; "Propor uma queda de 40% como fez um ministro do Governo é a mesma coisa que sugerir a destruição do parque industrial brasileiro" — afirma Dércio Munhoz. (16) NAISBITT, J., ABUERDENE, P., MEGATRENDS 2000. Dez novas tendências de transformação da sociedade nos anos 90, Amana-Key Ed., São Paulo, 1990, 3ª ed., p. 31. ((17) SANTOS, M., "Traços

do Momento Econômico Mundial", Cadernos do CEAS 130 (1990), p. 25. (18) Cf. NAISBITT, J., ABUERDENE, P., MEGATRENDS 2000 p. 33; cf. também SANTOS, M., "Traços do ...", p. 16-25. (19) CAMBIO 16 n. 981 (1990) p. 11. (20) FAORO, R., "O governo da ineficiência", ISTO É/SENHOR 30/1/91, p. 7. (21) Cf. KENNEDY, P., "As Lições da História", ESP 3/6/90, p. 2; importante aqui é lembrar a invasão do Panamá no final de 1989 pelos EUA. Ela fez parte da estratégia dos EUA de que "para concorrer efetivamente com a Europa e Japão, deve consolidar seu bloco hemisférico", segundo a expressão de J. Baker, secretário de estado dos EUA. Neste sentido escreve Xabier Gorostiaga no Wall Street Journal: "a invasão do Panamá foi a primeira intervenção estadunidense da pós-guerra fria que pode servir de protótipo da projeção da força militar dos EUA durante a década de 90" — trad. espanhola em PASOS 27 (1990) p. 20-21. (22) NAISBITT, J., ABUERDENE, P., MEGATRENDS 2000, p. 209-210; para uma análise da transição do Mediterrâneo para o Pacífico cf. BRAUDEL, F., A Dinâmica do Capitalismo, Rocco, Rio de Janeiro, 1987. (23) Cf. SANTOS, M., "Traços do ...", p. 18-20. (24) FUKUYAMA, F., "El Final de la Historia" em THE NATIONAL INTEREST, verão de 1989, EUA, cit. em GALLARDO, H., "Francis Fukuyama y el Futuro del Capitalismo Burgues. El final de la historia e el deseo de finalizar el ser humano?", PASOS 27 (1990) p. 7-17; aqui p. 8; para uma análise da tese de Fukuyama como uma ideologia americana para justificar intervencionismos no mundo, tal como no Golfo Pérsico, cf. COGGIOLA, O., "O Declínio do 'fim da História'", IDÉIAS/JB, 27/1/91, p. 4-6. (25) GALEANO, E., Nós dizemos não, Ed. Revan, RJ, 1990, p. 74. (26) Cf. ib., p. 349-362. (27) NAISBITT, J., ABUERDENE, P., MEGATRENDS 2000, p. 207-208. (28) Por Mundo do Comércio entendemos a mundialização das economias nacionais e crescimento da importância do sistema internacional. Cf. LAFER, C., "Dilemas da América Latina num Mundo em Trans-

formação”, LUA NOVA 18 (1989) p. 31. (29) NAISBITT, J., ABUERDENE, P., MEGATRENDS 2000, p. 34. (30) LECHNER, N., “A Modernidade e a Modernização são compatíveis?”, LUA NOVA 21 (1990) p. 76. (31) CAMPOS R., “A Marginalização da América Latina”, ESP, 10/6/90, p. 2. (32) SANTOS, M., “Traços do ...”, p. 21. (33) As informações constam do balanço anual do Banco de Compensações Internacionais (BIS), uma espécie de Banco Central dos bancos centrais de todo mundo — cf. ESP 8/1/91, p. 4. (34) A constatação é do presidente da Câmara Americana de Comércio cf. ESP 21/1/91, p. 13. (35) LAFER, C., “Dilemas da América Latina ...”, p. 35-38; aqui p. 35. (36) Art. cit. (37) LECHNER, N., “A Modernidade e a Modernização...” p. 73-74. (38) Para uma análise acurada e pertinente cf. BUARQUE, C., A DESORDEM DO PROGRESSO. O fim da era dos economistas e a construção do futuro, Paz e Terra, RJ, 1990, cap. 4; A seguir seguimos a sua análise especialmente p. 66-72. (39) F. Weffort anota que a ideologia neo-liberal tem hoje no Brasil condições mais propícias para se expandir pelo fato de o país “ter adquirido, como efeito do intenso processo de crescimento econômico, aspectos de uma cultura econômica de tipo capitalista”. Nas duas últimas décadas houve no Brasil “uma notável e historicamente surpreendente generalização do ethos capitalista. Em que pesem as restrições da população ao regime militar, o sistema econômico capitalista alcançou, neste período, uma grande aceitação popular e, deste modo, uma legitimidade muito mais notável do que em qualquer outra época histórica do país”: cf. WEFFORT, F., “Incertezas da transição na América Latina”, Lua Nova 16/1989, p. 23-24. Quem estudou este tema foi Luciano Martins. Ele busca mostrar como o Movimento de 64 realizou a disseminação do ethos capitalista na sociedade brasileira, mes-

mo em regiões como o Nordeste, em que ainda sobrevivem relações de tipo pré-capitalista: MARTINS, L., “The liberalization of authoritarian rule in Brazil”. In: O’DONNELL, G., SCHMITTER e WHITEHEAD (coord.), Transitions from authoritarian rule. Latin America, The Johns Hopkins University Press, 1986. (40) Cf. LECHNER, N., “A Modernidade e a Modernização...”, p. 75-78. (41) A expressão é de TOURAINE, A., PALAVRA E SANGUE, Ed. Unicamp — Trajetória Cultural, Campinas, 1989, p. 512; Para uma análise mais detalhada desse processo cf. BALLEIS, P., ARBEIT VOR KAPITAL, tese de mestrado defendida no CES de Belo Horizonte em novembro de 1990 capítulos 1 e 2. (41) Otávio Velho, antropólogo, descreve o dualismo da sociedade brasileira em termos de Primeiro e Segundo Brasil — cf. Entrevista a VEJA 16/1/91, p. 5-7. (43) WEFFORT, F., “A América Errada”, LUA NOVA 21 (1990), p. 34-37. Aqui, p. 36. (44) BUARQUE, C., A DESORDEM DO PROGRESSO, p. 74 afirma que “a ciência econômica continua servindo para legitimar o comportamento dos agentes econômicos, formulando razões cuja justificativa só se explica por cultos tão ilógicos quanto aqueles das religiões antropofágicas. A mais simples das observações, por pessoa não comprometida com a lógica da economia, consegue identificar os absurdos da economia moderna. A acumulação de capital, através do trabalho escravo ou de baixos salários, é uma forma real de antropofagia: os economistas, como os sacerdotes astecas, conseguem explicar e legitimar todo absurdo. (45) Cf. BUARQUE, C., A DESORDEM DO PROGRESSO, p. 74. (46) MANGABEIRA UNGER, R., A Alternativa Transformadora, Ed. Guanabara, RJ, 1990, p. 15. (47) *Ib.* p. 50. (48) BUARQUE, C., LEIA 147 (1990) p. 4. (49) BUARQUE, C., A DESORDEM DO PROGRESSO, p. 29 e p. 41. □

“Eu vos dou a minha paz”, Jo 14, 27. PAZ, ao mesmo tempo, SERENIDADE para não perder a cabeça, e CORAGEM para os conflitos (Pe. Marcos de Lima, SDB).

VR NA FRONTEIRA: O MUNDO DO TRABALHO. DEPOIMENTOS

I

A VIDA RELIGIOSA FACE AO MUNDO DO TRABALHO

Gostaria muito de falar às(aos) Religiosas(os), partindo do que estou vivendo agora. Mas, por se tratar de uma experiência que ainda não é da maioria das religiosas, tentarei passá-la em algumas de suas etapas.

Antes, porém, cabe esclarecer que o quê, como Igreja, denominamos "Mundo do Trabalho", entre as(os) trabalhadoras (es) chamamos de "Classe Trabalhadora", "Classe Operária".

Inicialmente devo dizer que foi a partir do CONFLITO DE CLASSES que acordei para a realidade de Classes Sociais.

Faço parte da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, também conhecida como "Salesianas de D. Bosco". Fiz dois anos de "Letras", terminei o curso de piano, lecionei e morei nos nossos colégios até 1972, Centenário da Congregação. Levando a sério o lema do centenário: "Aos cem anos é preciso nascer de novo", fui, com outras

três Irmãs, morar na periferia da cidade de Araras (SP), para conhecer e aprender dos cortadores de cana e dos apanhadores de algodão e laranja, sobre a dura realidade dos "bóia-frias".

No dia 1º de maio de 1972, "Dia do Trabalhador", me vesti como as trabalhadoras rurais, levando meu caldeirãozinho de comida, subi ao caminhão e fui para a roça apanhar algodão. Trabalhei duro, das 6 às 17 horas. Mas quando fui para a balança o algodão que apanhei, não pesou senão poucos quilos, e por conseguinte, recebi uma miséria por pagamento. Naquela data histórica, se iniciou o processo de minha conversão à classe trabalhadora. Mudança que começou com a revolta e a indignação diante da injustiça das condições de trabalho, de transporte e de salário dos trabalhadores rurais. E da exploração da força de trabalho dos "bóia-frias", em confronto com o lucro, tanto dos fazendeiros como das indústrias têxteis e farmacêuticas que

manufaturariam aquele algodão. Eu me perguntava: "Será que minhas Irmãs fazem idéia de quanta vida, suor e sangue dos trabalhadores vêm carregadas as roupas que usam? Será que alguma delas se interroga sobre como é conseguido o lucro de fazendeiros e industriais? Será que nossos colégios não estão a serviço dos filhos de alguns exploradores? Se 'Aos cem anos é preciso nascer de novo', qual é o lugar da Congregação: 'na senzala ou na casa-grande?'"

Foi a partir desta experiência de inserção no Mundo do Trabalho que comecei a redimensionar os grandes eixos de minha opção religiosa: experiência de Deus, oração, vida fraterna, votos, missão.

Em 1976, já na periferia de Campinas (SP), iniciei o conhecimento da realidade de fábrica, indo trabalhar na produção, como operária.

Em 1981, em Santo André (SP), no ABC paulista, fui trabalhar na "General Electric do Brasil (GE)", no setor de enrolamento de motores. (Fiz curso no SENAI de Campinas com outras jovens operárias) e posteriormente, trabalhei na linha de montagem de eletrodomésticos.

Trabalhei em outras fábricas de Santo André e São Paulo. E a partir de 1989, estou em fábricas de São Bernardo do Campo (SP), sempre na produção e participando ativamente do Sindicato dos Metalúrgicos, desde Campinas.

Passar de professora a operária, foi sem dúvida, a maior reviravolta (bendita reviravolta) de minha vida.

Diante deste mundo completamente novo, da fábrica e do Sindicato, eu me perguntava: "Em que me vão adiantar anos de estudo, de tantos cursos e matérias esdrúxulas, tantos anos de formação inicial e permanente na Vida Religiosa? E a moral, a liturgia, etc.? A que e a quem recorrer nesta nova experiência de vida operária?"

Foi na Comunidade Religiosa, com minhas Irmãs, juntamente com os militantes da Ação Católica Operária (ACO), da Juventude Operária Católica (JOC), da Pastoral Operária, com os trabalhadores das CEBs e a confiança da Provincial, Irmã Maria Rita de M. Perillier, que fui fazendo a ligação Fé-Política, na Vida Religiosa face ao Mundo do Trabalho. Era o ABC da FÉ na LUTA.

Aos poucos fui aprendendo a soletrar a Palavra de Deus a partir dos explorados.

Fui reaprendendo a aproveitar tudo o que eu era, tinha, sabia e podia a serviço da Classe Operária.

Comecei a praticar o VER-JULGAR-AGIR-CELEBRAR-REVER a vida na ótica da mulher trabalhadora.

Iniciei o conhecimento das etapas do processo revolucionário (de mudança da sociedade capitalista para a sociedade socialista), ligado ao processo das etapas das pessoas. E a descobrir caminhos para a passagem destas etapas, visando o crescimento coletivo e individual.

E, ao mesmo tempo, era preciso estar em constante abertura, em

constante mudança e conversão ao Projeto do Pai, pela COERÊNCIA DO TESTEMUNHO PESSOAL NO DIA-A-DIA.

Exigia-se de mim um “mapeamento” da fábrica, desde o número de trabalhadores até à política do empresário.

Bem como, o conhecimento e a prática de como se dá a organização dos trabalhadores no local de trabalho, na defesa de seus legítimos direitos. Por exemplo, a partir de problemas que são mais sentidos pela maioria na fábrica, organizar pequenas ações reivindicatórias. A partir da participação nas comissões (de fábrica, de saúde, de mobilização, de negociação de CIPA “Comissão Interna de Prevenção de Acidentes”), se chegar à participação efetiva no Sindicato (associando-se, estando presente e atuante nas assembléias, comemorações, dissídios coletivos, greves).

Portanto, orientaram-me nesta nova missão, as(os) militantes cristãs (ãos) através da troca de experiências, da reflexão bíblico-teológica, da RVO (Revisão de Vida Operária), e da análise de conjuntura.

Hoje, avalio como passagens fundamentais no processo de minha conversão ao Mundo do Trabalho:

— a inserção nos meios populares (rural e urbano);

— a inserção nos Movimentos Populares: as lutas por água, luz, esgoto, transporte, saúde, e posteriormente, as lutas conjuntas com outros bairros de periferia, por melhores condições de vida;

— a inserção no Mundo do Trabalho como operária na fábrica;

— a participação ativa na organização dos trabalhadores, tanto na fábrica como no Sindicato, com todas as suas implicações e consequências. Por exemplo, a demissão por ser ativista (militante sindical), a greve, o piquete, a repressão policial. A participação nas assembléias da categoria, em Seminários e Congressos da Central Sindical (várias categorias profissionais), em passeatas; e nos momentos de comemoração das vitórias por melhores salários, melhores condições de trabalho (segurança e saúde nos locais de trabalho).

A cada uma destas passagens, fui radicalizando a opção fundamental pelos pobres, que são os trabalhadores empobrecidos e explorados pelo poder e pela ganância dos empresários, latifundiários e banqueiros capitalistas.

A cada passagem, vou me convertendo quanto à maneira de rezar, de ler a Bíblia (na ótica de classe), de viver os votos, de partilhar na Comunidade.

Vou enxergando que o Projeto da Classe Operária, que grita por justiça através de suas reivindicações, é o mesmo Projeto igualitário do Pai.

Vou enxergando que a Classe Operária disputa efetivamente o poder para romper com os laços injustos de dominação e exploração da burguesia.

Vou percebendo que a consciência de classe, também para nós religiosas(as), passa pelo momento

que se começa a sentir na pele, o que a classe trabalhadora vem passando há muitos anos. Pode sim, ajudar a adquiri-la, a convivência com pessoas que já a têm, como também os materiais produzidos pela imprensa alternativa que traz os fatos e sua interpretação, segundo a ótica e os interesses da Classe Operária. E para muitos cristãos e religiosas(os), a consciência de classe pode vir também da re-leitura bíblica e teológica a partir dos trabalhadores.

Vou experimentando que a afetividade, a emoção, a sexualidade são vividas integradas à luta. "Hai que endurecerse sin perder la ternura jamás" (Che Guevara).

Igualmente integrado à luta, o humor, característica cultural fundamental dos operários. "Um revolucionário que não sabe brincar, não é ainda um verdadeiro revolucionário."

Estou aprendendo que é ocupando, como Judite, o espaço do opressor, que se conhece melhor o inimigo, e se aprende como lidar com ele, até levá-lo à derrota.

Cabe aqui, um item específico sobre a questão da MULHER TRABALHADORA (OPERÁRIA) que há muitos anos me "encucava".

Quem são estas mulheres?

— são mulheres extremamente fortes, mesmo que seus corpos sejam frágeis; são mentalmente e sentimentalmente muito resistentes;

— são de família de trabalhadores, tendo nascido e vivido vendo

a exploração de uma classe sobre a outra;

— começam a trabalhar aos sete ou oito anos de idade, na roça ou em casa de família, não tendo tido infância, nem adolescência e nem juventude;

— são discriminadas desde o nascimento, não tendo em nenhuma fase da vida, direitos iguais aos dos homens;

— têm experiências sexuais precoces;

— são sensíveis, delicadas, carinhosas, à sua maneira;

— enfrentam corajosamente o sol, a chuva, o frio, a garoa, as conduções superlotadas, os trabalhos pesados ou monótonos;

— resistem valorosamente ao fustigamento sexual: insinuações e "cantadas" no trajeto para o trabalho, e na fábrica, por parte de chefes e colegas;

— fazem os mesmos serviços que os homens, e em geral, com maior perfeição, e ganham menos;

— enfrentam injustamente a "dupla jornada" de trabalho: fora, e em casa, pois os homens raramente dividem com elas as responsabilidades da casa e dos filhos;

— são bastante manipuladas pelos MCS, especialmente pelas novelas e noticiários;

— não têm muita consciência de classe e em contrapartida, têm uma forte interpretação fatalista da realidade;

— adquirem rapidamente habilidade manual, capacidade e técnica, executando operações com agilidade e destreza, mas não são reconhecidas profissionalmente, não tendo registradas na Carteira Profissional estas funções que tão bem desempenham;

— não têm oportunidade de fazer cursos profissionalizantes e, não estudam, por causa da dupla jornada de trabalho e por receberem salários mais baixos que os homens;

— o salário que recebem, vai quase totalmente para as necessidades da casa e dos filhos, enquanto que os homens reservam parte do seu para a cervejinha, o futebol, a loteria, etc. . . ;

— em geral, não participam do Sindicato e do Partido Político.

Embora se diga que superamos no Brasil a ditadura militar, em relação às mulheres continua de pé a ditadura da exploração machista, especialmente nos locais de trabalho, nas fábricas. Além da ditadura exercida pelos MCS. Ambas retardam o desenvolvimento da consciência de classe das mulheres operárias.

É importante ter claro que a luta das mulheres contra a desigualdade, a discriminação, é *parte* da luta de classes. Avançá-la, é avançar a luta geral.

Porque a verdade é esta: o machismo é conservador. E onde ele existe, só faz reforçar a sociedade como ela está (desigual). Quanto mais os grupos demoram a sair do machismo, mais se reforça o capi-

talismo. Romper com o machismo, é romper com a desigualdade, o autoritarismo, a dominação, o desrespeito, a opressão. Romper com o machismo, é ato revolucionário, porque se rompe com o que está aí, o que é “velho”. É estabelecer o “novo”, relações novas. Pois, é certo que a mudança de sociedade passa pela mudança política sim, mas passa também pelas NOVAS RELAÇÕES (relações de igualdade, respeito, solidariedade, fraternidade, etc.) entre as pessoas, entre homens e mulheres.

Por isto tudo, tendo eu saído de um universo com todas as referências religiosas, foi decisiva para meu compromisso com o Projeto do Pai e com o carisma da Congregação (as-os jovens pobres) esta encarnação no mundo da produção, como operária. Sei que muitas(os) religiosas(os) já trabalham na área chamada de “prestação de serviços”, como professoras, enfermeiras, assistentes sociais, psicólogas, secretárias nas paróquias, dioceses, etc. Mas, entrar no mundo da produção, possibilita uma vivência maior do conflito de classes, onde a exploração se dá sem máscaras, nua e crua, seja do lado econômico, como do político, do social, do ideológico, do religioso, do psicológico, do emocional, do afetivo. É uma entrada em cheio, um mergulho profundo, no processo capitalista, fazendo-se a experiência, seja dos limites como das possibilidades de avanço da organização dos trabalhadores. Na produção se pode delinear as possibilidades de mudança da atual sociedade para outros sistemas de sociedade.

Hoje estou convicta que:

— a maioria do povo a ser evangelizado está nas fábricas e no campo;

— a profissionalização das religiosas é o próximo passo a ser dado pelas Congregações no campo da inserção;

— a Vida Religiosa não deve estar atrelada à instituição eclesial, se quer continuar profética;

— a Vida Religiosa (ocupando o espaço do clero) deve dar lugar à Vida Religiosa laicizada (maior inserção na vida do povo, no Mundo do Trabalho);

— a Vida Religiosa no Mundo do Trabalho realiza, na prática, o ecumenismo buscado pela Igreja;

— deve-se definir o Mundo do Trabalho a partir da Classe Operária, porque a força de transformação da sociedade está primeiramente na Classe Operária;

— os critérios que devem nortear a Vida Religiosa no Mundo do Trabalho, são:

assumir a identidade da categoria profissional à qual se pertence. Sindicalizar-se;

ter em vista a organização dos trabalhadores;

levar em conta a própria realidade pessoal (idade, saúde, etc.), da Comunidade Religiosa, da Congregação, da comunidade cristã, da Diocese;

é indispensável ter uma equipe de sustentação e aí fazer a revisão de vida;

para superar o machismo, é fundamental discutir e se posicionar abertamente quanto às questões da mulher, ligadas à moral estabelecida, à dupla moral (uma para os homens e outra para as mulheres), ao convencional, à saúde, à afetividade, à sexualidade.

Resta ainda considerar algumas questões:

— como conciliar a vida de Comunidade Religiosa, oração, atividades da Província com a inserção no Mundo do Trabalho?;

— como conciliar a Pastoral nas CEBs, Paróquias e Dioceses com a inserção no Mundo do Trabalho?;

— como viver os votos e o carisma dos fundadores no Mundo do Trabalho?

Assim como a inserção e a formação nos meios populares trouxe uma mudança de 180 graus à Vida Religiosa, por não ser possível mudar de lugar social e geográfico e se transplantar as estruturas e horários, da mesma forma, não se pode transplantar os esquemas da inserção nos meios populares para a inserção no Mundo do Trabalho. É uma nova mudança de 180 graus. Priorizando-se esta, há que se consentir em uma readaptação de horários e vida comunitária à realidade do Mundo do Trabalho. Os operários não têm, como os professores, por exemplo, férias duas vezes ao ano, nem podem, como estes, se fazerem substituir no trabalho. Li-

cença, só a licença-maternidade ou a licença-paternidade, ou ainda em casos especialíssimos, algumas fábricas abrem alguma exceção. Por não se ter ainda conseguido as 40 horas semanais, as(os) operárias (os) que trabalham por turnos de revezamento, trabalham também aos sábados.

Esta questão do horário de trabalho é uma das mais difíceis de ser aceita por algumas Comunidades Religiosas e Superiores(es), em vista da vida comunitária e da participação em outras atividades pastorais e da Província.

Mas se a pastoral do Mundo do Trabalho é uma "pastoral de fronteira", se há de levar em conta é que esta(e) religiosa(o) está sendo enviada(o) pela Comunidade Religiosa e pela Congregação como *missionária* em "terras estrangeiras", "terras de costumes estranhos" (pelo menos para a Vida Religiosa). Há de se discutir, sim, é que contribuição o trabalho das(os) Irmãs(ãos) assalariadas(os) traz à Comunidade Religiosa, às outras pastorais ou às dimensões da pastoral, à Igreja e à Congregação?

As vezes me perguntam: "Mas não se perde muito tempo ficando fechada numa fábrica das 7 às 17 horas, de 2ª-feira à 6ª-feira? E a Pastoral?"

A quem me pergunta, pergunto: "O que se entende por Pastoral: esta multiplicidade de cursos, reuniões, atividades? Pastoral é só atividade ou é também atitude? Se é atitude, anúncio, pode-se estar na fábrica e no Sindicato exercendo o

pastoreio, mesmo que não seja através da linguagem e dos meios que usamos na Igreja. A fé e o profetismo nos ajudam a ver o Mundo da produção como mediação do Projeto do Pai. Pois a ganância e a ambição capitalistas invertem o sentido do trabalho o qual deveria ser meio de aperfeiçoar a criação e humanizar o mundo através da socialização dos bens e das novas relações entre as pessoas. É o desafio de fazer acontecer o Reino já, agora, na fábrica, pela *justiça* na partilha do lucro e pela *fraternidade*, nas relações de não-exploração do homem sobre o homem. Se DEUS É PAI DE TODOS IGUALMENTE, E SE SOMOS TODOS IRMÃOS, TODOS TEMOS DIREITOS AOS MESMOS BENS: salário digno, estabilidade e segurança no emprego, saúde, educação.

A espiritualidade da Trindade é para nós, religiosas(os) inseridas(os) no Mundo do trabalho, fundamento na luta para a derrubada do sistema capitalista com as injustas diferenças de uma sociedade de classes, pois a *vida* que circula entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo, deve transbordar no universo, na América Latina, aqui, nas fábricas, no ABC.

Como os profetas, a nossa missão é de anunciar e denunciar, sem medo, nem conviências, nem covardia, as distorções da justiça e da verdade que a classe dos exploradores impõem diariamente sobre os explorados.

No seguimento de Jesus, em sua missão, (Lc 4,18-19). "O ESPÍRITO DO SENHOR ESTÁ SOBRE

MIM, PORQUE ELE ME UNGIU PARA EVANGELIZAR OS POBRES. ENVIU-ME PARA PROCLAMAR A REMISSÃO AOS PRESOS E AOS CEGOS A RECUPERAÇÃO DA VISTA, PARA RESTITUIR A LIBERDADE AOS OPRIMIDOS E PARA PROCLAMAR UM ANO DE GRAÇA DO SENHOR”, fundamenta-se nosso compromisso sério com o Reino.

Missão de vigilância. diante das armadilhas que o sistema monta, através de todos os meios que tem, contra a Classe Operária.

Paixão e Morte: “Isto é meu Corpo que é dado, isto é meu Sangue que é derramado”. Entrega gratuita, inteira em favor da libertação dos trabalhadores.

Ressurreição: vitória sobre as mortes, retorno à vida, pela organização classista pela qual os trabalhadores vão conquistando seus direitos, e novas instâncias de poder político. Vão descobrindo a força de suas raízes culturais, esta memória perigosa, e adquirindo consciência e posição de classe. Alegrias destas ressurreições que vão se acumulando e anunciando uma ressurreição maior: a mudança da sociedade a qual aponta para ressurreição final e definitiva.

E o carisma dos fundadores?

O “novo” vivido pelos muitos fundadores, foi, de um modo ou de outro, uma coerência maior, um seguimento mais comprometido com a missão de Jesus.

Ao fundar nossa Congregação, D. Bosco tenta fugir dos padrões de

instituição. Sua opção pelos jovens pobres leva-o a exigir contrato de trabalho para os jovens no início da industrialização na Itália. Toda a sua obra foi montada em vista de preparar os jovens para a vida: “bons cristãos e honestos cidadãos”, especialmente pela profissionalização dos mesmos jovens. Por ser um padre que está onde os jovens estão (e não na casa paroquial), é suspenso de ordens, considerado louco.

E a fundadora, Maria Mazzarello, jovem mulher encarnada no meio do seu povo, quer aprender um “ofício”, profissionalizar-se para melhor atender às jovens de seu lugarejo. Com as Irmãs, quer um estilo de Vida Religiosa diferente, “NOVO” para as Congregações da época, tendo suas vidas inteiramente dedicadas às jovens pobres e à sua profissionalização. Nos fundadores nos inspiramos e avivamos o nosso ideal, convictas porém, de que a pobreza não se justifica por si. Ela só tem razão de ser, como solidariedade de classe, em vista da libertação de todos os pobres. Presença viva e ativa como mulheres operárias, que “derrubam os poderosos e dão poder aos que têm direito”. O anúncio por palavra só tem sentido, só se faz compreensível se acompanhado do primeiro anúncio: o testemunho, o exemplo. Dar a vida, na educação assistemática, nos locais de trabalho dos jovens pobres.

Certos missionários, no passado, não gostavam dos índios enquanto nômades, andando de lá para cá. Mas, hoje, os trabalhadores também são nômades: saem do campo

para a cidade, vão passando de uma profissão à outra, de uma fábrica à outra, mudam de um local de moradia para outro, saem às vezes, às 4 horas da manhã de casa para o trabalho e voltam, às vezes às 21 horas, em sistema de revezamento de horários (turnos de trabalho), ou nem sempre têm horário para voltar, devido à "hora extra".

Por isso, uma Congregação que permanece muito fixa, que não acompanha o povo trabalhador, deixou de ser missionária. Por que algumas de nossas instituições não querem mais andar? Somos convidadas(os) a andar, a dar passos em direção de onde a classe trabalhadora está. A itinerância é evangélica. Quem caminha, só leva o essencial. Ir para o meio dos trabalhadores para lhes dizer, com a própria presença, que a FORÇA E O PODER DE DEUS estão na FORÇA E NO PODER DA UNIÃO E ORGANIZAÇÃO, que abalam o poder dos exploradores. Que o amor de Deus pelos pobres é um amor de predileção, ou seja, um amor classista pelo povo.

Revelar Jesus de Nazaré aos trabalhadores é dizer-lhes, com a própria presença amorosa, da cumplicidade de Jesus com o povo, comprometido com a classe trabalhadora do seu tempo, sendo ele mesmo "o filho do carpinteiro" e não traindo suas raízes; em oposição permanente com as autoridades religiosas e políticas de seu país. E em profunda comunhão com o grupo (discípulos), com o Pai. Em

suas atividades ele abre espaço para uma "atividade" diária: o DIÁLOGO COM O PAI, tão essencial e vital, como o pão, o descanso, o diálogo com os companheiros queridos.

Em Lucas 4,43, a multidão queria deter Jesus, mas Ele responde que precisa anunciar a Boa Notícia também a outros, porque esta é sua missão.

Anúncio se faz primeiro com a presença amorosa que se comunica pela presença física, inteira, com atitudes concretas.

Terminando, ao lado de muitos outros DESAFIOS, destaco dois, a curto prazo, para nossa Vida Religiosa:

1º — Contribuir para despertar, acelerar e fortalecer a consciência de classe nas pastorais, nas Congregações, visando colaborar na organização da classe trabalhadora.

2º — Inserção da formação inicial no Mundo do Trabalho e profissionalização das(os) religiosas(os), especialmente as(os) mais jovens. Cabe aqui observar que a maioria destas candidatas e jovens religiosas já trabalhava antes de ingressar nas Congregações. Por que segregá-las e elitizá-las, ao invés de valorizarmos suas experiências anteriores?

Estes dois desafios não contribuirão para o *novo modo* das Congregações exercerem o profetismo da Vida Religiosa aqui e agora?

Finalizando, faço minha a "DECLARAÇÃO de CONVICÇÕES" de nosso último Seminário:

“Nós, religiosas(os), e também trabalhadoras(es), queremos partilhar com vocês um pouco de nossa vida e de nossa fé comprometida junto ao povo trabalhador deste país.

De nossa troca de experiência durante o “SEMINÁRIO DE RELIGIOSAS(OS) INSERIDAS(OS) NO MUNDO DO TRABALHO”, que nos reuniu nos dias 25-26-27 de maio de 1990, em Utinga, S.P., na sede da A.C.O. (Ação Católica Operária) constatamos:

Estamos vivendo um momento de muita perplexidade, um aprofundamento da crise, reforçada pela atuação do novo governo brasileiro.

Estamos diante de um quadro de recessão, de demissões em massa e de privatização de grandes empresas. A economia se entrega ao capitalismo nacional e internacional, capitalismo dito “moderno”, liberal, mas que na verdade é agressivo, autoritário, favorecendo os poderosos desta nação. Um homem arrogante está passando por cima de todas as formas de organização e vida democrática existentes no país.

Diante desta realidade queremos re-incentivar *nosso compromisso*, enquanto religiosas(os), *junto aos trabalhadores* de nossas categorias, e mais especialmente aos desempregados. Esta sociedade está deixando à beira do caminho milhares de homens, mulheres, jovens e por isso gritamos nossa revolta: “Deus não quer isso, não”.

Diante desta realidade *queremos declarar a nossa fé e esperança:*

— CREMOS na *capacidade de organização* de nossa classe e estamos felizes por participar desta organização *por mais vida*.

— CREMOS que nosso *Deus está presente no coração da História* em Jesus de Nazaré, Ele se fez homem e carpinteiro, assumindo o lugar social dos pobres e marginalizados; por isso Ele sofreu, morreu e ressuscitou. Assim, Ele mudou a História, comunicando a quem quiser segui-lo, a coragem de lutar contra toda forma de injustiça e dominação, para que haja na sociedade relações de fraternidade que apressem a vinda do Reino. Muitos mártires deram a vida por esta utopia.

— CREMOS no *presente e no futuro de uma Vida Religiosa inserida no trabalho*, em todas as suas dimensões: espiritualidade, vida comunitária, vida de oração, vida missionária, etc. Esta inserção precisa ser *assumida*, pelo menos, *pela comunidade religiosa*. Ela é o lugar privilegiado onde se faz a *Revisão de Vida, da opção*, para uma melhor integração no projeto comum.

— CREMOS que este compromisso no dia-a-dia da vida e das lutas dos trabalhadores é a *nova maneira para as Congregações exercerem o profetismo da Vida Religiosa*. Por isso, este caminho de inserção é apelo para sermos, cada vez mais, servidoras(es) de Cristo que “*tinha a condição divina, mas não se apegou à sua igualdade com Deus. Pelo contrário, esvaziou-se a si mesmo, assumindo a condição de servo...*” (Fil 2, 6-11). Nossa *mística* nos fortalece, nos faz resistir,

e nos ajuda a encarar os conflitos inerentes à vida de trabalho.

— CREMOS também numa *formação para as(os) jovens religiosas(os) que leve em conta a origem das(os) jovens*, sua cultura, sua experiência de luta, a sua expressão de fé. Por isso, a pequena comunidade inserida é lugar privilegiado de fortalecimento da vocação.

Enfim, experimentamos que esta maneira de ser da Vida Religiosa é uma força de renovação para nós e para toda a Igreja. Assim, a novidade do Evangelho brota hoje, por nós, no Canto de Maria:

“Minha alma proclama a grandeza do Senhor, meu espírito se alegra em Deus meu salvador.

Ele realiza proezas com seu braço: dispersa os soberbos de coração, derruba do trono os poderosos e eleva os humildes; aos famintos enche de bens, e despede os ricos de mãos vazias...” Lucas 1,46-52.

Gostaria de ter um retorno deste depoimento, de modo que possamos prosseguir em nosso conhecimento e articulação como pessoas, como mulheres, como religiosas(os) inseridas(os) no meio popular e como religiosas(os) inseridas(os) no Mundo do Trabalho.

Irmã Maria Menoracy
Vitar Medeiros

Filha de Maria Auxiliadora
Rua Dona Maria Gaiarsa, 94
09020 Santo André - SP

II

VIDA RELIGIOSA **INSERIDA NO MUNDO DO TRABALHO**

Ao falar em comunidades inseridas, logo surgem algumas questões: inseridas em quê? Será que a inserção nas periferias nos insere na vida do povo? Como vive esse povo? Ele passa a maior parte do tempo no Trabalho, ganhando o pão com o suor de seu corpo. E nós, religiosos, como vivemos? Como ganhamos nosso pão? Será que inserção é só pastoral?

Nós, Irmãzinhas da Assunção, fomos fundadas por um filho de operário, Estevão Pernet que, no início da revolução industrial, viu a misé-

ria da classe operária e se sensibilizou com os problemas da família trabalhadora, sobretudo na doença. E uma mulher, Antonieta Fage, uma operária, marcada pela vida, tendo sentido muito cedo, na própria carne, a exploração numa oficina de costura. Juntos, começaram a missão na classe operária.

Descobrimos aos poucos o sentido do coletivo e já pelos anos 60 tentamos fazer com as famílias uma experiência de CEBs. Depois, foi o Concílio Vaticano II e Medellín... Como Congregação, fizemos um Ca-

pítulo de “atualização” que deu possibilidades de adaptação a cada país.

No Brasil, dependíamos ainda do pedetório... Refletimos então em como questionar as classes ricas de sua exploração quando, de fato, dependíamos delas... Encontramos a mesma problemática na Igreja, presa pelos dons que recebe.

Para ter uma atitude profética, devemos ser pobres, entre os pobres, e sentir o valor do trabalho simples. “Que nossos gestos falem de Jesus Cristo”, como diz nossa Regra de Vida.

Passamos então a viver do trabalho remunerado. Cada comunidade tenta se auto-sustentar, mesmo se depois, em Província, se fizer necessária uma redistribuição equitativa. Jesus de Nazaré trabalhou 30 anos na oficina de José, antes de sair a proclamar o Reino de Deus que é água, pão, saúde, casa, terra... São Paulo também percebeu a importância do trabalho para não ser pesado à comunidade. Apesar do Evangelho dizer que “o operário tem direito a seu salário”, São Paulo quis trabalhar com as próprias mãos. Talvez a motivação mais profunda fosse que, nesse mundo helenista que desprezava o trabalho manual, era necessário se solidarizar com os pobres, e não viver só da pregação do Evangelho.

Para nós, Irmãs da Assunção, o trabalho não é somente a necessidade de se manter, mas faz parte da missão, como quiseram nossos Fundadores: “A parte que lhe cabe é o pobre, o operário e

sua família”. Nossa presença junto ao povo operário e pobre, traz consequências que nos enriquecem como religiosas: aí encontramos meios de viver a fraternidade entre nós e com eles, buscamos um equilíbrio de vida que nos leve a ser criativas e solidárias... Com um coração de discípulo, escutar o “grito do pobre”, entrar em seu mundo, atentas às suas necessidades. Caminhar no mesmo passo, avançar com eles.

Estar presentes no mundo do trabalho é construir juntos o Reino de Deus, caminhar com e como o trabalhador: horários de trabalho, pressão do chefe, ritmo de produção, condução, etc. Enfim, buscar com eles, uma sociedade justa e fraterna.

Quanto a mim, comecei a trabalhar desde o 2º ano do Noviciado em Paris no trabalho de saúde familiar e de apoio às famílias desajustadas, tentando ajudá-las a poder elas mesmas, educar seus filhos, em tutela judicial. Foi um choque para mim, vinda duma família bem equilibrada, encontrar o submundo dos cortiços, ver as consequências da injustiça do sistema que deixa as famílias sem um mínimo vital para se sustentar. Foi uma descoberta não intelectual, mas do ser todo: o corpo cansado de carregar água da única torneira da rua-zinha, de subir as escadas dos prédios antigos para cuidar de doentes. A sensibilidade machucada de ver tantas famílias passarem fome, e mulheres espancadas pelo marido... E comecei a aprender do povo: uma forma de resistência é envolver demais sua afetividade.

Endurecimento?... Luta pela sobrevivência...

Quantas coisas aprendi com essas famílias pobres: solidariedade entre os vizinhos que partilham, como a viúva de Sarepta, o pouco que têm ou recebem. A acolhida: cabe sempre mais um, mesmo quando a casa tem apenas um ou dois cômodos... Sentido de Deus também, como Jó que não quer discutir com Deus. Os pequenos vivem naturalmente os valores do Reino, num contexto conflitivo, bem pouco conforme a lei. Um jovem um dia, partilhou comigo seus planos de assalto... A amizade é um valor sagrado...

Quando, em 1975, comecei a trabalhar numa metalúrgica, uma religiosa me disse: "Você não vai agüentar..." Encontrando-a, cinco anos depois, ela me perguntou: "Você ainda é religiosa?" Nessa firma comecei a trabalhar com 45 anos, depois já de 10 anos no Brasil, consagrados ao trabalho nos bairros e à formação de jovens irmãs. Não trabalhava na produção como outras irmãs nossas, mas sim como auxiliar de enfermagem do trabalho, em contacto, oito horas por dia, com operários, a partir do que é inerente ao homem: a saúde. Lá descobri toda a exploração do sistema capitalista que se serve do homem até que fique um bagaço, bom somente para o lixo, como dizia um operário. Muitos só caem na realidade no momento de serem mandados embora: não têm mais resistência para agüentar as horas extras e perderem a saúde.

Lá eu trabalhava de 8 a 17 hs., no sábado de 8 a 18 hs. Quando a jornada de trabalho passou para 44 horas semanais, comecei a ter dois sábados livres por mês. Os operários, ligados à produção, trabalhavam em turmas de revezamento, entrando, respectivamente, às 6 hs., às 14 hs., às 22 hs. Tinham uma folga por semana, em qualquer dia e um domingo, cada sete semanas.

A partir de fatos bem concretos descobri que a máquina, que dá lucro, passa antes do homem. Se alguém faltava ao serviço, um companheiro tinha que "dobrar", sobretudo nos tempos de redução drástica de pessoal.

Nesse tempo, a firma passou de 800 a 200 funcionários, quase sem diminuir a produção. Antes, cada máquina tinha um operador e um ajudante. Depois era um homem sozinho para duas máquinas... Mas meu trabalho diminuiu e então me colocaram para operar aparelhos de audiometria e eletrocardiograma. Com o plano Collor, as coisas pioraram ainda mais: alguns operários foram colocados "em licença", outros trabalhavam apenas 3 ou 4 dias por semana. Setores inteiros passaram para empreiteiras externas, e os trabalhadores desses setores perderam todos os direitos médico-sociais dos funcionários da firma.

Era preciso ser muito hábil para não se "queimar" logo. Porque, se alguém denuncia sozinho uma injustiça, vai pra rua na hora. Era necessária toda uma estratégia para fazer reivindicações coletivas.

Um dia veio me procurar um ma-quinista com dor de cabeça. Falando com ele, vi logo a causa de seu mal: havia trabalhado na véspera de 14hs a 6hs. tendo "dobrado" por falta de um colega, e ainda me disse: "Quando cheguei em casa às 7hs. tive medo de não acordar para voltar ao trabalho às 14hs. e não dormi". Fui imprudente, pois não o conhecia bem, e o fiz refletir sobre o problema de sua saúde: falta de sono, excesso de trabalho, as horas extras que tomam o emprego dos outros. Meia hora depois, o gerente geral foi informado de que eu fazia campanha contra as horas extras. (Nessa época, o Sindicato dos metalúrgicos pedia, por causa do desemprego, que os operários recusassem horas extras). Quase fui despedida. Houve muita confusão, me vigiaram não me permitindo mais falar com qualquer um. Acho que o rapaz não foi "dedo duro", ele apenas deve ter repetido a conversa comigo ao supervisor e logo tudo subiu à hierarquia e assim me tornei "elemento subversivo". Acusaram-me de "armar greve". De fato, quando houve uma, o fato de ter ido à assembléia do sindicato, foi considerado "pecado mortal". Em toda a firma, éramos apenas umas dez mulheres. Assim, como única mulher na assembléia, tinha que ser notada, pois a chefia manda sempre alguém às assembléias para saber o que se passa.

Era necessária uma prudência de raposa, saber a quem se fala... Aos poucos se vai descobrindo quem é das CEBs, do Sindicato, da Pastoral Operária... O pessoal também sabia de que lado eu estava.

Um dia o gerente me disse que tinha que analisar os atestados médicos de quem faltava na 2ª ou na 6ª-feira, para ver se os operários não emendavam indevidamente o fim de semana... Ele dizia isso pensando na própria situação, esquecendo que o pessoal da produção não folga no fim da semana. Foi o que lhe disse, com jeitinho.

No plano profissional, é importante ser competente e reconhecida como tal. Num acidente de trabalho, o supervisor, terror da turma, recusou-se a fazer a folha de declaração e começou a gritar comigo. Como não era sua subalterna, respondi-lhe à altura. Nunca mais tive problemas com ele.

Trabalhar é um obstáculo para a Pastoral ou uma chance apostólica?

Depende do que a gente entende por pastoral, fruto da Missão.

Nesse mundo do trabalho, onde os religiosos estão ainda bem pouco presentes, escolhemos o trabalho que nos deixa mais perto dos pobres. Essa opção pelos pobres, essa inserção no mundo do trabalho me faz ser colega e não "a irmã" que sempre fica diferente, sabe mais, está como que sobre um pedestal...

É encontrar o homem em seu meio de trabalho, que plasma sua mentalidade, suas reações... O que o homem mais deseja é ser reconhecido. Na firma, ele vira um número... Por isso, é tão importante chamar pelo nome, respeitar cada um, valorizar o serviço feito...

Um dia questionaram o fato de eu fazer os chefes entrarem na fila para passar pelo médico, ainda mais, que eu tratasse a todos igualmente. Respondi dizendo que me haviam recomendado não fazer esperar os maquinistas.

Às vezes, nos bairros, é tão difícil ter contactos com os homens, agrupá-los... e na firma estamos em contacto contínuo com eles. Vários deles começaram a freqüentar as CEBs ou a Pastoral Operária, depois de alguns anos de convivência na firma. Pois tudo parte duma realidade bem concreta: a saúde, o corpo. Diante do sofrimento, o homem se desmonta bem mais facilmente que a mulher...

E é só trabalhando numa firma como essa, que se vê como a saúde do trabalhador pode ser prejudicada:

— poluição sonora, o barulho é tanto, que não dá para se falar...

— poluição do ar: uma vez subi ao terraço da firma, junto das chaminés por onde saíam os gases tóxicos. Quase desmaiei, tão forte era o cheiro... Uma vez perguntei por que havia vidros quebrados nas janelas e um deles me disse: "Quando falta o ar, a gente quebra um vidro..."

— poluição da temperatura: trabalhar a 40 ou 50 graus deixa o corpo esmagado. Compreendemos porque eles não têm coragem de ir a uma reunião e preferem dormir na folga.

É preciso lutar juntos pelos direitos mas, mesmo numa firma

grande, a consciência de classe é fraca... Impera o individualismo e o passivismo.

Era comum, na hora do acidente, o pessoal não ligar, nem mesmo o acidentado. Graças a Deus, nessa firma, o médico era muito justo e fazia questão de respeitar os direitos de cada um. Uma vez, um recebeu uma bobina de 50 kg. no pé, mas três dias depois, inchadíssimo, veio ao ambulatório. "Pensava que não era nada, no sertão a gente não liga, não; uma vez fui mordido de cobra e estou vivo..." De fato, eles não conhecem seus direitos...

Vendo tanta coisa errada, somos levados a nos organizar e lutar por nossos direitos. É um trabalho muito penoso, pois tudo dificulta o entrosamento: turmas de revezamento, pressão da chefia, dificuldade de se falar, delação dos "dedos duros", etc...

Neste tempo vivia na região sul de São Paulo e participava das reuniões da Oposição Sindical dos metalúrgicos, onde conheci Santo Dias, que foi meu mestre na formação sindical. Juntos participávamos da Pastoral Operária.

Um segundo passo foi entrar, junto com uma irmã de minha comunidade, da mesma profissão, no Sindicato dos Empregados em Serviços de Saúde. Lá descobrimos a exploração dos hospitais (quando eram de religiosos, nossa posição era desconfortável). Salários baixos, obrigando algumas colegas a terem dois empregos, trabalhando assim 12 horas diariamente ou 24 hs. em seguida... Entramos

num grupo de oposição com colegas de outras opções políticas, mas querendo também construir um mundo mais justo. Na hora de formar a chapa, fomos quase obrigadas a aceitar a ser componentes da mesma. Porque poucos estavam prontos a correr o risco de perder o emprego. Além disso, sabiam que éramos religiosas, recusar seria um contra-testemunho. Refletimos o caso em comunidade, o pró e o contra... "Vocês são capazes de viver esse compromisso?", nos questionaram. De fato, foi uma experiência muito exigente: luta com outros militantes, descoberta do peleguismo do Sindicato que fez vários processos contra nós, apoio da CUT, corrupção da Justiça que julgou em nosso favor mas não fez cumprir a sentença...

Essa inserção no mundo do trabalho repercute muito sobre a Vida Religiosa?

As exigências são muitas. Podia ser ideal trabalhar 6 horas ou meio período, mas não consegui trabalho assim. Mesmo que seja grande festa religiosa, ou de Congregação, nem se pensa em faltar. Lembro-me, numa Quinta-Feira Santa, ao cuidar de um acidente grave de pé, caí na realidade de que havia várias maneiras de viver o lava-pés e a ceia... Como num sábado santo, no qual fazia um plantão mais do que calmo, quando de súbito, na última meia hora, um caiu do telhado...

Exigências que dão seriedade a nossa vida. Nesse sentido, a gente se sente mais perto dos leigos que

chegam em casa cansados do trabalho, do ônibus, que madrugam e por isso, não estão dispostos a prolongar as reuniões noturnas, ou multiplicá-las. Teríamos que fazer um exame de consciência sobre as exigências que fazemos aos leigos. Tentei fazer compreender isso a sacerdotes e freiras mas, reconheço, sem muito sucesso...

Realidade desafiadora — Pessoalmente, temos que encontrar um equilíbrio entre a vida comunitária, o apostolado e o trabalho, como qualquer mulher que trabalha, é engajada: ela não quer abandonar a família com todos seus compromissos, mas quer viver sua vida de trabalho e seus compromissos na comunidade.

Na comunidade religiosa, temos que ter um projeto comum que é feito em função da missão de cada uma, seja no mundo do trabalho, seja nos bairros ou nas CEBs. Organizamos nossa vida segundo esse projeto: horários, ritmos de oração, de reuniões... Para isso, temos mais facilidade do que outras Congregações porque, como nosso carisma é a missão com os pobres, nas famílias e no mundo do trabalho, toda nossa formação e apostolado estão nessa linha, não havendo as tensões das Congregações com obras... Nunca tivemos obras, sempre fomos ao encontro do outro em seu próprio meio.

Há uns anos atrás, a CRB mandou um questionário para saber de nossas dificuldades na inserção no mundo do trabalho. Havia perguntas sobre o equilíbrio pessoal, a vi-

da comunidade, o problema da Congregação... Mas minhas dificuldades eram de outra ordem: confronto com o sistema capitalista, luta contra a injustiça, pouca consciência política dos trabalhadores...

O importante é o advento do Reino, mesmo que se faça a partir do sinal visível da Igreja. Trabalhando somente na pastoral, podemos limitar nosso horizonte, sem descobrir todas essas "sementes do Verbo", jogadas à profusão pelo Espírito no mundo dos homens, especialmente dos pobres.

Se o mundo do trabalho é conflitivo, quantas riquezas de companheirismo, de solidariedade! Jesus dizia que íamos ter surpresa ao se revelarem os convivas do banquete: muitos fora da lei aí estarão, antes dos doutores da Lei...

Eu não era consagrada à pastoral, e sim à Missão que julgava viver, e plenamente, na firma. Mas também participava dos trabalhos no bairro, acompanhando CEBs, participando do CEBI num grupo de aprofundamento de leitura comunitária com o povo (o que sempre achei uma prioridade), e evidentemente, da Pastoral Operária. Às vezes queremos acumular tarefas sobre os leigos e somos menos atentas ao despertar de seu sentido missionário. Alguns me dizem: mas trabalhando, você tem pouco tempo para a pastoral. Se se entende por pastoral o participar de reuniões, sim, estou limitada, sobretudo quando as reuniões são de dia. Mas penso que tudo o que vivo na firma, dá um peso muito grande em meu trabalho com o povo: a

compreensão de sua realidade e também a própria experiência que se exprime no chão da vida, na evangelização.

Nossa Vida Religiosa tem que ser vivida neste mundo conflitivo. Quanto mais aprofundo o Evangelho ou os Atos dos Apóstolos, mais vejo como Jesus e as primeiras comunidades cristãs, tiveram que enfrentar muitos conflitos — de fora e de dentro — como dizia São Paulo...

Assim nossa Vida Religiosa tem que ser vivida no âmago do mundo, como Jesus viveu. Ele estava em contínuo contacto com o povo dos pobres: doentes, mendigos, marginalizados pela lei... Em contínuo conflito com os fariseus, os doutores da Lei, as autoridades religiosas e políticas, mas sabia, de noite, se retirar para rezar na montanha. Temos, como Cristo, que nos reservar momentos de oração silenciosa com o Pai... para saber viver no cotidiano a construção do Reino.

Assim, nossa oração será profundamente marcada por nosso engajamento apostólico: repercutir o grito do injustiçado, do oprimido, dar graças pelos sinais do Reino, maravilhar-se, com Jesus, de ver os pequenos acolherem a Boa Nova. É uma oração missionária que desabrocha no engajamento pela Justiça e, depois da espera, no anúncio explícito do Senhor, se o caminho se abrir... E assim a vida toda se torna contemplação apostólica que se prolonga nos ônibus, no trabalho... Partilha da fé que fazemos na oração comunitária, e na revisão de vida.

Escolher a vida tem suas consequências: é preciso que cada homem tenha suas necessidades básicas saciadas, que ele possa obter isso pelo trabalho...

Minha atual inserção, no Nordeste, me ensina a valorizar um copo d'água potável, um legume, numa região onde verdura é luxo...

Como ficar calada quando se vê que alguns mal ganham o mínimo, enquanto outros, na mesma firma, ganham cem vezes mais? Aqui encontramos o lado profético da Vida Religiosa que não só "ouviu falar" das injustiças, mas vive essa contradição no dia a dia. Denunciar essas carências de vida, valorizar o marginalizado, relativizando a lei que deve estar a serviço do homem, e não o contrário... foi o que levou Cristo à cruz.

Assim, a figura do Servo marca muito nossa vida: rosto do SERVO visto no trabalhador, sobretudo no negro, rosto do povo esmagado. Espiritualidade do Servo, de Cristo pobre, humilhado, cuja trajetória começou em Nazaré como carpinteiro durante 30 anos, que anunciou a Palavra 3 anos, viveu sua Páscoa sacramentalmente 3 dias. Espiritualidade pascal que sabe descobrir o Reino e lutar por seu advento...

Muitas vezes queimamos as etapas, queremos ficar só nos 3 anos ou 3 dias com a pastoral, sem passar pela sacramentalidade da solidariedade do trabalho e da amizade gratuita...

Essa foi uma outra grande riqueza de minha inserção no mundo do

trabalho: o encontro com o outro, num diálogo de igualdade. Por que a religiosa seria superior? Nunca neguei ser religiosa. Um operário o descobriu porque ia, cada dia, à casa dele para fazer um curativo penoso em sua esposa acidentada. Ele me perguntou: "Você é uma irmã de caridade?" — "Por que v. me pergunta isso?" — "Hoje é difícil um serviço gratuito..."

Na fábrica tive amizade com crentes, espíritas, ateus, homens de boa vontade, militantes de opção política muito radical. Vivíamos a mesma realidade... Um colega era seminarista batista e me falava de suas futuras homilias; um outro, sindicalista, me ensinou muitas coisas...

As fronteiras da Igreja se alargam na dimensão do Reino. O sentido missionário se encontra questionado. Quais são os valores do mundo moderno, da civilização técnica? Qual é também o preço pago pelos pobres que constroem a riqueza do país?

A inserção no mundo do trabalho nos permite viver plenamente nossa consagração a Cristo e ao povo, na Vida Religiosa, e a opção pelos pobres que a Igreja latino-americana assumiu.

Mas as formas são diferentes: viver a pobreza no trabalho, na ascese de suas exigências, ser a irmã de todos, numa amizade exigente neste mundo pluralista e injusto, buscar a vontade de Deus numa obediência atenta a seus apelos, vindos muitas vezes dos acontecimentos.

Precisamos uma séria formação sócio-econômica e política, integrando fé e vida, para não nos deixar engolir pelos lobos do sistema, ou ficar ingênuas... E viver em permanente atualização. Mas precisamos também, e sobretudo, duma mística que sustente o cansaço da monotonia do cotidiano, nos fracassos da luta, nas incompreensões dos colegas, até da Igreja...

Vivendo essa vida assim, percebemos, com o tempo, que não se deve fazer uma formação diferente, separada desse povo e do mundo do trabalho. E, a partir de 1972, a formação passou para as casas de inserção, deixando a grande casa do Noviciado. Tentamos formar para a liberdade, a partir da vida. É claro que não desprezamos a formação acadêmica, mas ela vem dentro deste contexto. Sentimos a importância duma formação sólida, fundada na

Bíblia, uma espiritualidade forte de maneira que a Consagração englobe toda nossa vida, e toda a vida esteja na consagração.

Para mim, o mistério da Assunção resumiria este projeto de Deus na história, esta esperança duma glorificação que assume o corporal, o humano, plenitude de vida resuscitada que começa bem concretamente na luta dos homens para construir o Reino.

"A Assunção de Maria nos dá a certeza de que um mundo novo se prepara. Ela sustenta nossa esperança e nos torna audaciosas para nos comprometermos com nossos irmãos e irmãs na transformação da humanidade", Regra de Vida - 12.

Irmã Chantal de la Roussière
Rua Lídia Batista Marques, 203
Malvinas II - Q. 145 - L. 16
58100 - Campina Grande - PB

O que o Religioso pode FAZER?

Em teoria, ao Religioso e à Religiosa, se abrem todas as formas de atuação compatíveis com a memória básica da Igreja no mundo, desde que mantida, também, a índole fundamental da Vida Religiosa, ou seja, querer atingir pela vida, de modo coerente e como primeiro objetivo, a realização plena e radical do *seguimento de Jesus Cristo*. Nada do que é humano é alheio ao Religioso e à Religiosa, pois as Sementes do Verbo estão presentes, ainda que veladamente, em toda manifestação humana e em toda produção cultural. Mas seguir Jesus Cristo é a inspiração básica, indissociável, o alicerce imprescindível, o sentido maior e a possibilidade única de lucidez e vigor para qualquer FAZER do(a) Religioso(a) (Pe. Marcos de Lima, SDB).



Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4.º andar / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299
20031 Rio de Janeiro, RJ

Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ
1 de maio de 1991

O Sínodo dos Bispos reunido, no Vaticano, do dia 30 de setembro ao dia 28 de outubro de 1990, teve por tema de estudo a **Formação Sacerdotal nas circunstâncias atuais**. Os 238 Padres Sino-dais formularam 41 Proposições que foram entregues ao Papa João Paulo II como subsídio para a redação da futura Exortação Apostólica pós-Sínodo.

As **'circunstâncias atuais'** podem ser resumir neste processo avassalador da modernidade: informatização dos procedimentos, tecnologiação de todos os aspectos da atividade humana, consumismo e hedonismo, completo secularismo na ordem jurídica e política, relativismo moral. Este processo avassalador tudo penetra nos ambientes urbanos e rurais, de modo incontrolável, pelos meios da comunicação. O impacto sobre o modo de viver é muito mais abrangente e profundo do que se pensa. Desestrutura a vida familiar, afasta da prática religiosa, leva ao escapismo de uma fé desvinculada da vida, fomenta a violência, dissemina a droga, põe a perder totalmente qualquer apego à dignidade. **Conseqüências:** levar vantagem imoral em tudo como sinal de status e apanágio da vida social. O vazio e o desamparo do homem no deserto que cresce com o advento desta modernidade secularizante.

Este tema das **'circunstâncias atuais'** — os desafios de hoje — e sua incidência na formação do Padre será tratado, ainda, com ponto de vista menos extenso e mais compreensivo, no Sínodo Especial para a Europa, em 1991, na IV Conferência Episcopal Latino-Americana, em 1992, e no Sínodo Especial para a África, em 1993. Nestas **'circunstâncias atuais'** podem vicejar teorias e dúvidas e circular interpretações sobre a identidade do ministério sacerdotal e, portanto, com reflexo indesejável sobre a formação do Padre.

A **identidade do ministério sacerdotal** deve ser encontrada não sobretudo nas leis próprias da sociedade humana, partindo-se antes de princípios sociológicos para concluir por uma **'função'** que emana da comunidade. A identidade do ministério sacerdotal é encontrada na **CONSAGRAÇÃO** sacramental com referência direta a Cristo, na incorporação ao seu sacerdócio. Ter esta visão de fé acerca da identidade sacerdotal significa perceber, mais a fundo, o próprio **Mistério de Cristo**. A noção do sacerdócio cristão na Nova Aliança emerge diretamente do Homem JESUS CRISTO e dos acontecimentos pascais da salvação. ÚNICO e verdadeiro sacerdote com ÚNICO sacrifício eficaz, só Jesus e sua páscoa. Este fato tem importância decisiva no campo da formação.

Jesus não se tornou sacerdote por causa de leis humanas. Do ponto-de-vista da tradição religiosa hebraica, **Jesus é um leigo**. Seu sacrifício é único e se realiza nas circunstâncias históricas de sua paixão, morte e ressurreição. Não acontece no templo nem em outro lugar sagrado. A ressurreição, todavia, leva seu sacrifício supremo à presença do Pai, o constitui mediador definitivo de forma perene e constantemente ativa. Isto toca a realidade mesma do homem, na substância de sua natureza e de seu futuro na história. **Cristo é sacerdote enquanto homem**. Como homem pascal é o 'segundo Adão', o primeiro na linhagem do verdadeiro homem novo. Revela o homem em seu mistério. Renova-o na plenitude de suas possibilidades. Restitui-lhe a dignidade de liturgo do universo que perdera pelo pecado e lhe reabilita maravilhosamente nesta sua vocação. O sacerdócio de Cristo entra na configuração mesma de uma antropologia objetiva e integral que interessa a qualquer homem e a todas as culturas.

O Padre é necessário para o bem da Igreja. Sua virtude é sinônimo de crescimento espiritual nos outros. Seus serviços infundem dinamicidade na consagração batismal que faz de todos povo sacerdotal para a liturgia da vida. Religioso e Religiosa, nasce, portanto, espontâneo de seu coração um forte sentimento de gratidão ao sacerdote. Ele é um dom de Deus. Apreciar e amar porque é parte viva de sua existência. Ajude o sacerdote com quem Você trata a ser desde já o Padre do ano dois mil que ele precisa e quer ser. A teimosia de nossa esperança nos faz crer que assim haverá de ser.

DEUS, que é sempre **PAI**, lhe dê aquela sua **PAZ** que é plenitude de bens (materiais), plenitude de bênçãos (espirituais) e plenitude de bem-estar (saúde) que só Ele, Deus, sabe e pode dar e Você tanto merece. Com renovada estima e fraterna amizade, subscrevo-me,

atenciosamente

PE. MARCOS DE LIMA, SDB
Redator-Responsável/Convergência